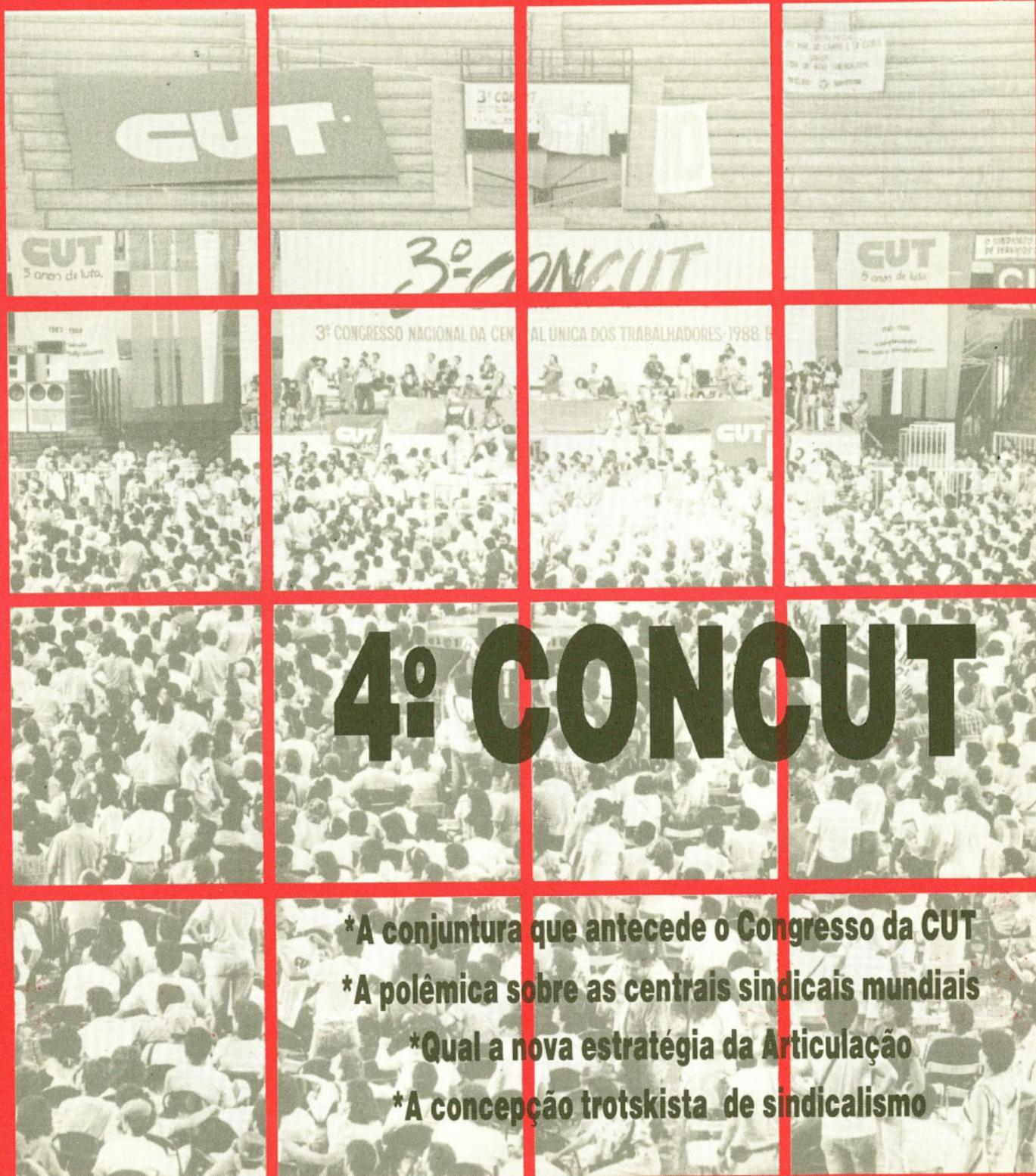


Debate Sindical

Nº 8 — JUNHO/JULHO/AGOSTO
1991
Cr\$ 1.000,00





ÍNDICE

-
- 3** Apresentação
-
- 4** O significado da greve geral de 22 e 23 de maio
-
- 6** O quadro político nacional e internacional que marca o 4º Concurto
-
- 12** A luta de bastidores para filiar a CUT à Ciosl
-
- 21** Congresso de São Bernardo: laboratório das teses da Articulação
-
- 26** A origem e as concepções trotskistas de sindicalismo
-
- 34** Nasce a Força Sindical, a nova central do patronato
-
- 36** Rio Maria: o foco da violência do latifúndio
-
- 38** Entrevista inédita com Expedido, o líder rural assassinado
-
- 40** Lênin analisa os reflexos da Comuna de Paris
-

Debate Sindical

EXPEDIENTE

A revista **Debate Sindical** é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES). Sede: Rua Major Quedinho, 300, Bela Vista, São Paulo, SP. CEP: 01050 CGC: n- 54.609.953/0001-80

Colaboram nessa edição:

Ronald Freitas
Altamiro Borges
Bernardo Joffily
Jose Carlos Ruy
Rogério Siqueira
Marcos Aurelio Ruy
Sandra Luiz Alves

Ilustrações e fotos:

Arquivo do jornal "A Classe Operaria"

Foto da capa:

Cibele Aragão N&A

Composição:

PAZ Fotocomposição e Fitolito Ltda.

Impressão e acabamento:

Gráfica Brasileira

Produção gráfica:

Arnaldo Tateishi

Past-up:

Rodrigo

Fitolito:

José Roberto T. Souza (Ted Boy)

Tiragem da edição:

4.000 exemplares

Jornalista Responsável:

Altamiro Borges

Observação:

Os artigos assinados não refletem obrigatoriamente o ponto de vista da diretoria do CES.

Foto: Marco Aurélio Monteiro Foton



Companheiro sindicalista

A revista *Debate Sindical* ressurge nesse ano com um objetivo bem definido: contribuir com as discussões com vistas ao 4º Concut. Esse evento, marcado para o início de setembro, tende a ser um dos acontecimentos mais importantes de 1991 — fadado a entrar para o livro de história do movimento sindical brasileiro. Nele, milhares de delegados, eleitos nos congressos estaduais em todo o país, definirão os rumos dessa central, que é hoje a mais representativa e respeitada pelos trabalhadores.

O 4º Concut será palco de um rico embate de concepções e propostas. Nesse processo, que já teve início com a tirada de delegados nas assembléias das entidades de base e nos congressos regionais e que prosseguirá nos congressos estaduais, marcados para junho/julho, os assalariados brasileiros definirão a linha estratégica de suas lutas. O 4º Concut terá profundos reflexos no futuro do sindicalismo de nosso país.

Os artigos dessa revista visam contribuir com essa discussão. Eles se inserem no projeto editorial da *Debate Sindical* — publicação que estimula a polêmica franca e fraternal, que se preocupa em aprofundar a análise dos temas sindicais mais palpitantes e que promove o intercâmbio de experiências no terreno sindical. Com essa edição, a de número oito, reafirmamos o nosso compromisso de trabalhar para garantir a periodicidade dessa revista especializada nas questões do sindicalismo e das lutas dos trabalhadores.

Foto: Marco Aurélio Monteiro, Foton



Metrô paralisado: ponto alto do protesto

“A greve geral de maio cumpriu o seu objetivo”

Na manhã de 24 de maio, ao dar os últimos retoques no fechamento dessa edição na gráfica, a *Debate Sindical* fez uma rápida entrevista com Sérgio Barroso — coordenador da Corrente Classista da CUT e integrante do comando nacional da greve geral dos dias 22 e 23. Afinal, a revista não poderia ser impressa sem qualquer comentário sobre esse primeiro protesto unificado contra a política econômica do governo Collor. Ainda mais quando se observa a gritaria furiosa, hidrófoba, das classes dominantes!

DS: Qual a avaliação, mesmo que parcial, da greve de 22 e 23 de maio?

Barroso: Ainda é cedo para se realizar um balanço mais definitivo. Agora, uma coisa é certa: o protesto nacional cumpriu o seu objetivo. Foi a primeira manifestação unificada dos trabalhadores, a nível nacional, contra a política de arrocho, recessão, desemprego e entreguismo de Collor de Mello. A própria reação do governo, dos patrões e de seus meios de comunicação comprova essa afirmação. Ninguém fica tão irritado quando não é atingido. E a greve geral atingiu, com força, o governo!

Nos dias 22 e 23 de maio nós tivemos um amplo protesto nacional, marcado por greves

de várias categorias e por manifestações de rua. Isso ocorreu em todo o país, sem exceção, inclusive em Roraima e Rondônia. Em algumas capitais, a adesão à greve geral foi maior — como nos casos de Porto Alegre, Florianópolis, Salvador, João Pessoa e, em certa medida, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Levantamento inicial da CUT dá conta de mais de 19 milhões de assalariados que não compareceram ao trabalho.

Nessa avaliação preliminar, vale também ressaltar o papel desempenhado pelos companheiros do setor de transportes, como os metroviários e os condutores de ônibus. São categorias estratégicas, como demonstraram na prática, que hoje estão

organizadas principalmente na CUT. Ao contrário do que esbravejam os patrões, a ativa participação desses trabalhadores não foi um ponto negativo do movimento. É um mérito da nossa central, mostra sua força nesses setores vitais da economia. Isso é que causa tanto pânico nas classes dominantes. Nesse sentido, um dos pontos altos da greve geral foi a adesão organizada dos metroviários de São Paulo.

DS: Apesar do êxito do protesto, a mobilização também enfrentou dificuldades. Ela ficou aquém do esperado. Por quê?

Barroso: Será necessário estudar melhor as dificuldades e também as nossas debilidades nesse movimento. Entre outras coisas, é preciso lembrar que o governo promoveu mudanças na sua equipe econômica. A convocação da greve geral se deu num período em que o governo federal marchava para uma grave crise institucional. Por variados interesses, amplos setores da sociedade estavam contestando a sua política econômica, que era personificada pela ministra Zélia. A troca de ministros, mesmo que não vá alterar a orientação desastrosa do Palácio do Planalto e tende inclusive a piorá-la, criou certas expectativas na sociedade.

As razões da greve geral, que tinha como alvo a política econômica do governo, mantiveram-se com a queda da ministra

Zélia. Seu caráter era eminentemente político. E a CUT não tinha condições de reavaliar a convocação do protesto nacional. Nesse sentido, ela cumpriu o seu papel. Ela demonstrou sua capacidade como organismo unificador dos trabalhadores, centralizando suas lutas — que até então se davam de maneira isolada — como forma de responder ofensiva neoliberal do governo Collor. Se a paralisação não foi maior e esbarrou em dificuldades, no sentido político ela atingiu seus objetivos. Foi uma vitória parcial!

Ainda no tocante aos fatores externos, é necessário também dar ênfase e denunciar a violência da polícia. Em alguns locais, a repressão lembrou os períodos truculentos do regime militar. Na Bahia, por exemplo, o governador Antonio Carlos Magalhães colocou mais de 18 mil soldados na rua. Eles bateram sem dó, soltaram bombas, prenderam e arrebutaram. Agiram de forma selvagem e orquestrada contra lideranças sindicais e parlamentares dos partidos de esquerda.

DS: E quanto as próprias debilidades encontradas no meio sindical?

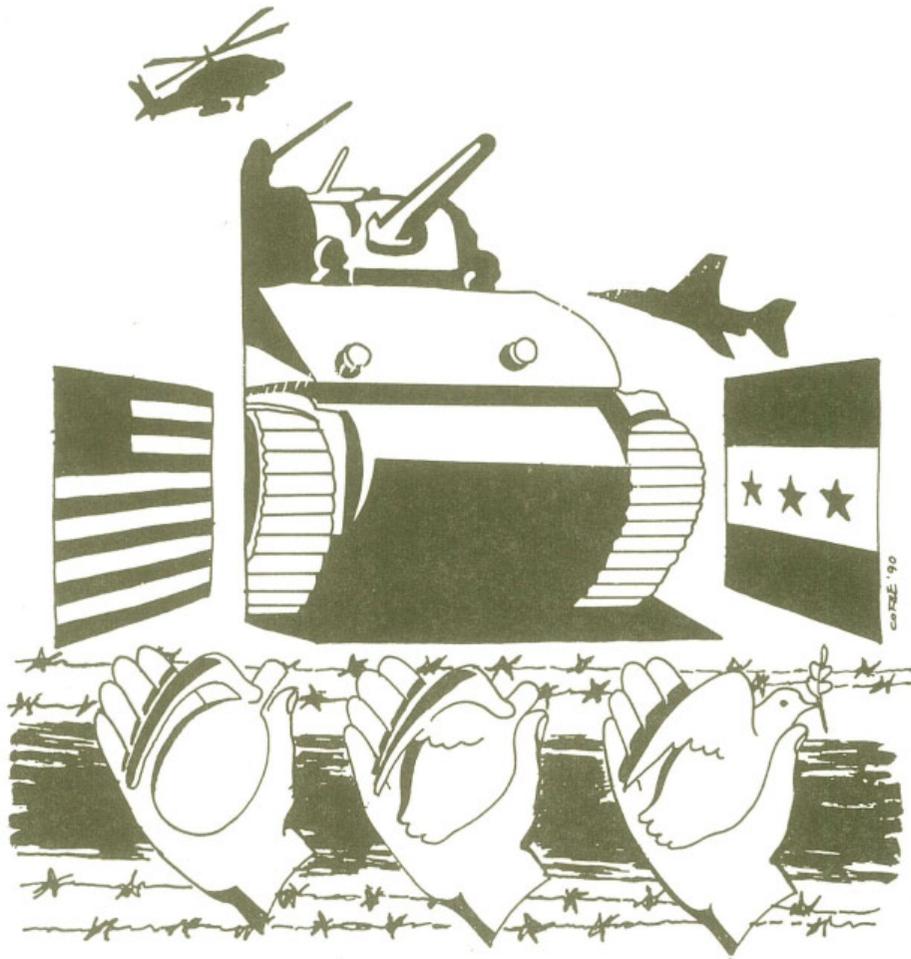
Barroso: Em primeiro lugar é necessário denunciar a conduta pelega, patronal, do sr. Luís Antonio Medeiros, presidente da chamada Força Sindical. Ele jogou abertamente contra a greve geral. Durante os dois dias de protesto, o superpelego fez turismo na Europa. Como prêmio por sua conduta traidora, recebeu da Caixa Econômica Federal a importância de Cr\$ 504 milhões. Mostrou que é um sustentáculo do governo, um capataz dos grandes empresários, um vendido!

Quanto as dificuldades no campo da CUT, foi visível o baixo engajamento no processo de uma parcela de dirigentes e ativistas sindicais. Predominou a visão estreita do corporativismo, do economismo. Não entenderam a importância política dessa greve para o futuro de nossa classe. Também tivemos o episódio de São Bernardo do Campo, que é uma referência de luta dos trabalhadores no país. Considero que o companheirismo Vicentinho cometeu um equívoco político ao não participar ativamente da greve geral, ao não realizar qualquer tipo de protesto em São Bernardo. Houve ainda a conduta estranha dos sindicalistas da Convergência Socialista, que não se empenharam na mobilização e ainda deram declarações confusas, desmobilizantes. Preferiram, mais uma vez, ficar apenas na crítica à direção nacional da CUT.



Foto: Marco Aurelio Monteiro Foton

A paralisação nacional agitou o país



As mudanças mundiais e nacionais que marcam as discussões do 4º Concut

Ronald Freitas*

O 4º Congresso Nacional da CUT, de 4 a 8 de setembro, ocorrerá num período de profundas alterações no cenário internacional e também de mudanças na realidade política do país. Esse artigo analisa as mutações em curso e opina sobre quais devem ser as principais tarefas do movimento sindical combativo para enfrentar os novos desafios.

Vive o mundo um momento particularmente efervescente. A guerra do Golfo Pérsico trouxe a tona com força as múltiplas e complexas contradições que atravessamos nos dias de hoje.

O capitalismo, como sistema hegemônico, tudo faz para se mostrar como o fim e o objetivo do desenvolvimento social e histórico da humanidade. O antigo bloco socialista, que desde meados da década de 50 foi dominado por idéias capitalistas que revisaram sua orientação operária — revolucionária, já não joga papel saliente na arena internacional.

No Brasil, o governo anti-nacional e anti-popular de Collor debate-se no meio de uma situação econômico e social difícil. Derrotado nas eleições de 1990, manobra procurando evitar uma crise de governabilidade.

O pano de fundo dessa situação é o agravamento da longa crise na qual se debate o capitalismo. Crise que se manifesta de várias maneiras. A concentração de riqueza por parte das nações ricas é um indicador dramático de que se vive num mundo cada dia mais desigual e explorador. Segundo dados do Banco Mundial, "em 1985 mais de 1 bilhão de pessoas" tinham renda *per capita* inferior a 370 dólares,⁽¹⁾ o que corresponde, em valores de hoje, a um salário mensal de Cr\$ 7.708,00, cerca da metade do salário mínimo.

Ainda segundo o Banco Mundial, em 1988

a produção de bens e serviços, isto é a riqueza produzida, foi de 17,018 trilhões de dólares. Os países ricos ficaram com o correspondente a 13,603 trilhões de dólares e o restante dos países com 3,415 trilhões de dólares. Ou colocando em termos percentuais: 15,86% da população da terra ficou com 79,93% da produção mundial e 84,14% dessa mesma população ficou com 20,07% da riqueza.⁽²⁾

Os Estados Unidos, símbolo do regime capitalista e até recentemente a potência hegemônica desse sistema, sofre um processo de decadência e pouco a pouco perde sua condição de nação líder do mundo imperialista. Dados do próprio governo americano indicam que nos Estados Unidos existem 30 milhões de pobres, dos quais 20 milhões passam fome e 8 milhões não tem moradia.⁽³⁾ A dívida externa americana em 1990 atingiu o montante de 700 bilhões de dólares e o déficit comercial (importação versus exportação) foi de 100 bilhões.

O crescimento industrial nos últimos 40 anos foi inferior ao do Japão e ao da Alemanha. Enquanto nesse período a indústria japonesa cresceu 40 vezes e a alemã 10 vezes, a norte-americana cresceu apenas 4 vezes. A Inglaterra, outro baluarte do capitalismo mundial, vive uma das maiores depressões da sua história, com mais de 1,8 milhões de desempregados, inflação de 11%⁽⁴⁾ e perda de prestígio na Europa.

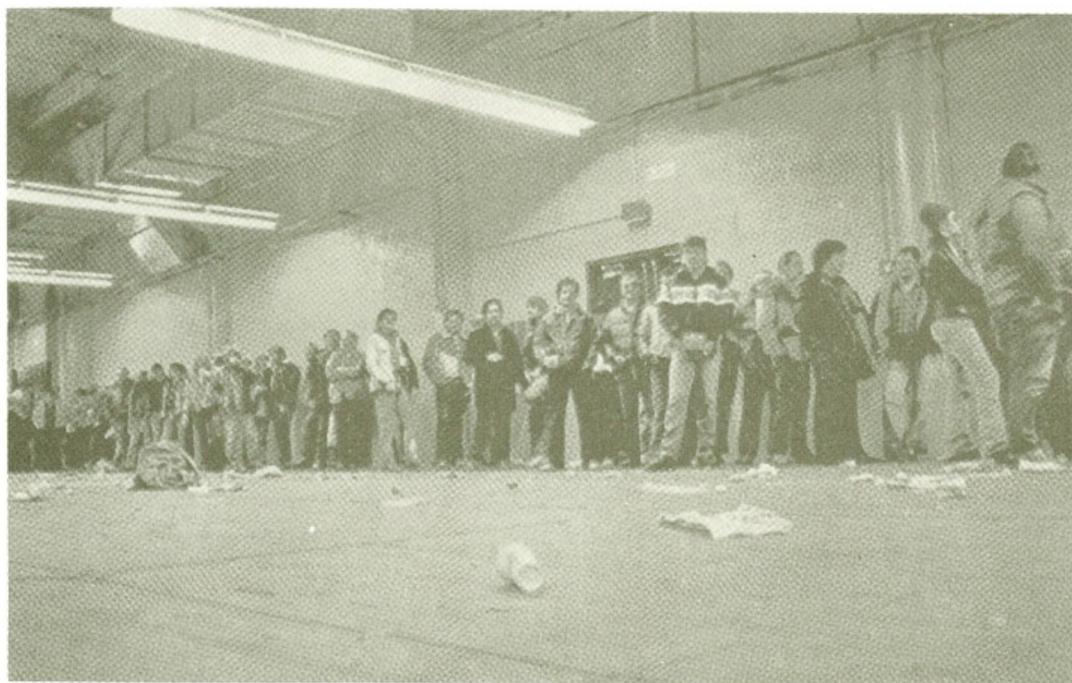
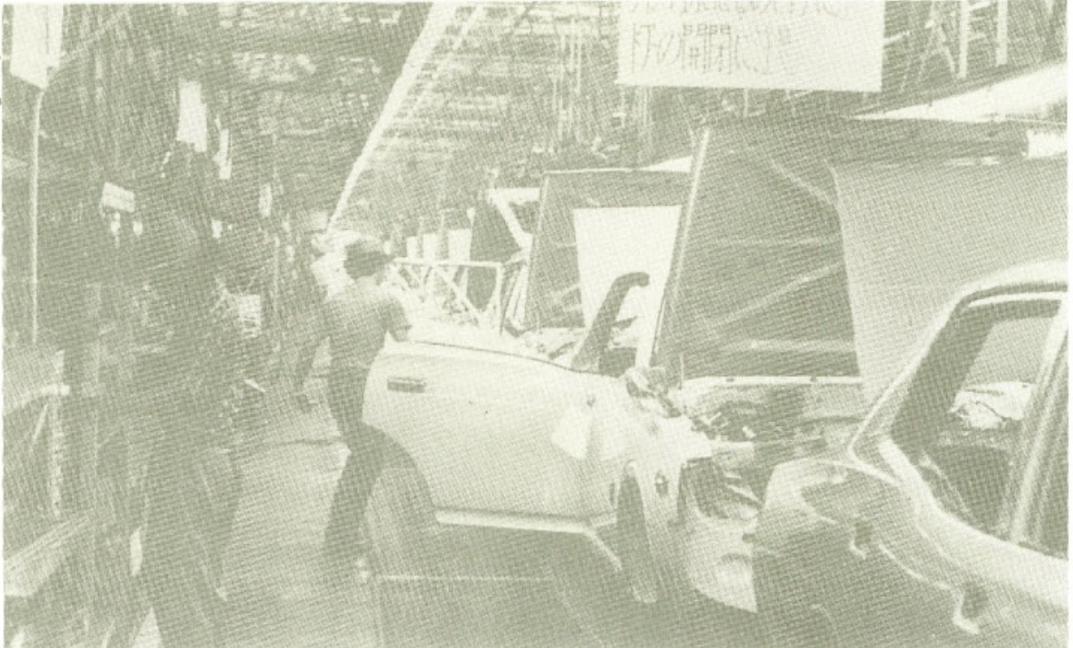


Foto Gamma

Fila de desempregados nos EUA: sintoma da crise

Foto: Ag. Keystone



Indústria de automóveis no Japão: concorrência mundial

Agregue-se a isso uma desaceleração do crescimento do PIB dos países ricos. Nos anos 60/70, o PIB cresceu 5%, na década de 70/80 o crescimento foi 3,1% e no período de 80/90 reduziu-se para 2,5%.⁽⁵⁾ Tudo isso dá uma idéia do processo de estagnação econômica e concentração de riquezas que caracterizam a crise que o capitalismo atravessa.

Novo cenário mundial indica uma luta encarniçada entre três blocos imperialistas

O cenário atual é de um mundo não mais dividido em blocos ideológicos e sistemas sócio-econômicos antagônicos — socialismo x capitalismo —, mas sim de um mundo onde as disputas entre as grandes potências imperialistas são o centro da vida política, econômica e social. Hoje o mundo vai se configurando como dividido em três grandes áreas de influência. A norte-americana, que procura agrupar sob sua dominação as Américas, através da chamada “Iniciativa das Américas” de Bush. Tendo os Estados Unidos como centro, coloca o Canadá, o México e demais países ao sul como reserva de mercado e zona de influência norte americana.

A européia, que através da unificação prevista para 1992 e com a reunificação alemã do ano passado, constituirá uma imensa, po-

pulosa e rica região, tendo a Alemanha reunificada como centro e procurando se expandir para o ex-bloco socialista. A asiática, que liderada pelo Japão, agrupa um conjunto de países, alguns de desenvolvimento médio, como Coréia, Taiwan, Singapura, etc., e um mercado potencial gigantesco, que englobaria a China.

Essa nova realidade mundial, onde Japão, Alemanha e Estados Unidos disputam a hegemonia econômica e procuram firmar sua liderança no campo político, traz a disputa interimperialista e o controle imperialista do mundo para o centro das contradições que ora se desenvolvem no planeta. Ela foi a causa principal da guerra do Golfo Pérsico.

Os Estados Unidos, embora percam a liderança no terreno econômico, são a mais importante potência militar do globo. Enquanto isso, Japão e Alemanha, embora fortalezas econômico-financeiros, carecem de força bélica expressiva. Essa situação militar e a busca do controle das fontes de energia são elementos dos quais se aproveitaram os Estados Unidos para, através da aventura no Golfo, terem o controle absoluto da região e com isso das maiores reservas de petróleo conhecidas do globo, cerca de 60%. Os americanos, controlando o petróleo, procuram restabelecer o equilíbrio precário em suas relações estratégicas globais com o Japão e a Alemanha, contrabalançando a superioridade econômica e financeira que aqueles países vão adquirindo.

Nessas condições, a luta antiimperialista assume características cada vez maiores e passa a ser o centro de aglutinação das forças operárias, democráticas e progressistas de todo o mundo. O imperialismo, ao se encontrar de mãos livres para oprimir os povos, exerce com desenvoltura e arrogância inéditas sua política de agressão e guerra. Torna-se necessário formar uma ampla frente dos povos e países dependentes, contra a dominação imperialista, pela independência nacional e progresso social.

A falência do Leste Europeu gerou profundos reflexos na luta dos trabalhadores

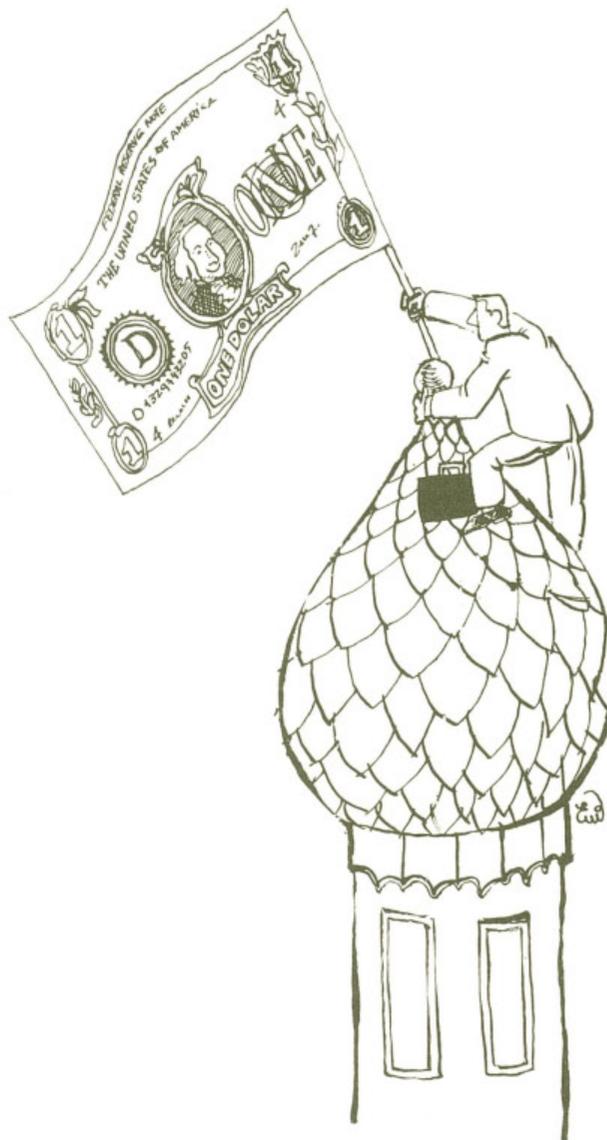
Outro componente fundamental dessa situação é a crise que enfrenta o socialismo — regime surgido em 1917 com a histórica revolução operária bolchevique na Rússia. A construção do socialismo viveu um período de experiência vitoriosa até meados da década de 1950. A Rússia, país europeu dos mais atrasados no começo desse século, conseguiu rapidamente superar a miséria e a pobreza e constituir-se num país próspero, numa potência industrial e militar capaz de enfrentar e derrotar o nazi-facismo na II Grande Guerra. Foi até aquele período um modelo de igualdade social e bem estar material para o seu povo.

Essa experiência vitoriosa foi truncada em meados da década de 1950, quando no 20º Congresso do PCUS, em fevereiro de 1956, foi mudada a orientação política geral da construção socialista. Em 1957, Krushov e Zukov (general russo) empolgaram de vez a direção política através de um golpe de estado. Dai para cá, através de sucessivos governos, a União Soviética foi paulatinamente se afastando do socialismo e restaurando o capitalismo. Ela vive hoje uma grave crise que a torna uma potência de segunda classe, imersa em gigantescas dificuldades econômicas, intensas disputas nacionais e perda acelerada de prestígio internacional.

O desmoronamento do bloco socialista é uma derrota histórica que sofreu a classe operária na sua luta pela construção de um mundo sem exploração, próspero e feliz. Mas essa derrota não significa que o socialismo, como projeto histórico do proletariado, foi derrotado, que estamos condenados a viver sob a exploração capitalista e que só nos resta

procurar humanizá-lo e torná-lo o mais civilizado possível.

A experiência histórica do socialismo nos deixou um legado do qual os operários e demais trabalhadores assalariados saberão extrair as lições e o exemplo para continuarem essa gigantesca façanha histórica — a de construir um regime social sem explorados e exploradores. A comprovação prática, através da revolução, de que os operários são capazes de fazer a luta política e conquistar o poder; a necessidade de um teoria própria, fruto da generalização e sistematização de suas condições de produção e vida; a compreensão de que o motor do desenvolvimento social e histórico é a luta de classes; a imperiosa necessidade de construir um partido próprio, baseado na sua teoria, como instrumento de viabilização da emancipação



política econômica e social, fazem parte dos ensinamentos, do legado, que nos deixa a experiência da construção do socialismo. O edifício ruiu, mas ficam os alicerces.

Certo que nessa experiência se cometeram erros, é necessário examiná-los e estudá-los para não repetí-los. Mas esse processo de estudo dos erros do passado deve ser feito com base na realidade, na situação concreta, em que eles se deram. De acordo com a análise das condições econômicas, sociais e políticas em que ocorreram.

Estudar as relações entre o Estado e a sociedade; o papel do Partido Comunista como organização impulsionadora de luta e sua eventual burocratização; as condições do exercício da liberdade e democracia revolucionária; a relação entre centralização econômica e democracia política, etc., são alguns dos temas que, se não cabem nos limites desse artigo, abrem a perspectiva de quanto grandiosa, séria e necessária é a tarefa de compreender em todos os pontos as causas da derrota que os socialistas revolucionários sofreram.

Crise no Brasil é estrutural e exige mudanças radicais e não reformas de fachada

O Brasil vive um agravamento acelerado da crise econômica e social que a tempos nos atinge. Ao completar um ano de governo, Collor e sua *troupe* se desmascaram e mostram a verdadeira face do "Brasil Novo" que prometeram construir. A inflação continua fora de controle. A recessão é a realidade econômica quotidiana dos assalariados e o desemprego atinge mais de 1 milhão de trabalhadores. Os juros na estratosfera e a especulação financeira fazem o paraíso dos especuladores e dos banqueiros e transferem o peso da crise para os assalariados, através do arrocho salarial e da carestia de vida. Os grupos monopolistas, nacionais e estrangeiros, continuam auferindo lucros gigantescos, enquanto os trabalhadores e o povo cada vez mais vivem em dificuldades e misérias crescentes.

Tudo isso levou o arrogante governo Collor a reconhecer a derrota de seu "miraculoso" plano e a editar o plano Collor 2, numa desesperada tentativa de retomar a ofensiva política, através do demagógico e ineficaz congelamento de preços, e de controlar a situação econômica, principalmente a infla-

ção. Mas da mesma forma que com o Plano 1, esse não resolverá a situação que o país vive, pois não enfrenta os problemas de fundo e ainda agravará mais as condições de vida dos trabalhadores, já que aumenta o arrocho salarial e congela os salários.

A crise do Brasil é estrutural e exige medidas radicais para que possamos, saindo dela, construir uma pátria realmente livre, democrática e próspera. A dependência do capital estrangeiro é a principal causa da crise do país. Essa dependência se dá em todos os terrenos e abrange os mais variados aspectos da vida nacional. A manifestação mais visível e mais importante dessa dependência é a dívida externa, que atinge a astronômica cifra de 105 bilhões de dólares. Dívida essa que, fruto da ação dos banqueiros estrangeiros e dos governos entreguistas, cresceu em função da manipulada taxa de juros flutuantes. Estudos do Banco Central (Brasil) mostram que em 1988 "de uma dívida de 102 bilhões de dólares, 62 bilhões correspondiam aos aumentos das taxas de juros"⁽⁶⁾

Mas a dependência também existe na política industrial, através da abertura total de nossa economia e mercado ao controle das potências mais avançadas. Procura-se, dessa maneira, inviabilizar em certo grau da indus-

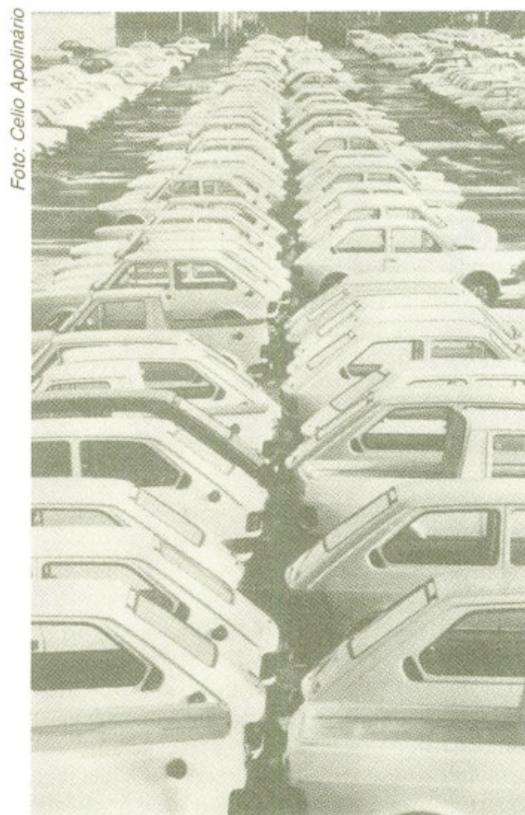


Foto: Celso Apolinário

Estoque para exportação

trialização que, aos “trancos e barrancos”, o país conseguiria atingir. Tentam nos transformar em meros consumidores de produtos finais ou intermediários (tecnologias de ponta) dos países mais avançados.

Diplomaticamente somos totalmente subservientes aos Estados Unidos. A vergonhosa posição adotada na guerra do Golfo Pérsico mostra de forma insofismável. Por tudo isso, ou rompemos com a dependência aos países imperialistas, ou não conseguiremos ser uma nação livre e próspera.

A concentração fundiária e de riquezas em geral é outro problema de fundo. A gritante concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários e o gigantesco contingente de 11 milhões de trabalhadores rurais sem terra ou com terra insuficiente formam a face dramática de um problema secular que exige uma solução urgente. É necessária a realização de uma reforma agrária que, garantindo o nível de desenvolvimento já atingido pela agricultura do país, democratize o acesso à terra e integre na economia, como produtores e consumidores, milhões de trabalhadores rurais que vivem abaixo da linha de pobreza.

Sem atacar esses problemas, de romper com a dominação estrangeira, redirecionando nossa economia para o gigantesco e potencial mercado interno, e realizar uma reforma agrária que amplie esse mercado, não criaremos os pressupostos básicos para resolvermos os problemas do país. O governo Collor segue orientação diametralmente oposta a essa. Através de sua política, seremos um país ainda mais atrasado e dependente. A sua falsa retórica de modernização esconde os mais hediondos propósitos.

O 4º Concut deverá traçar os rumos da central para enfrentar os novos desafios

Os setores populares e progressistas de nossa sociedade têm o dever de estudar essa situação e, em conjunto, buscar uma saída para os graves problemas que enfrentamos. Não cabe nenhuma ilusão com o governo Collor e suas propostas de modernidade e progresso. Como também não cabe nenhuma vacilação frente as dificuldades de se abrirem perspectivas mais amplas à luta por um regime social mais avançado, o socialismo. As dificuldades que atravessamos, se bem que graves, são conjunturais.

Foto: Thomas R. Hoag



Impasse no campo brasileiro

Em particular, o movimento sindical poderá desempenhar um papel destacado de aglutinar forças na luta contra o governo Collor e sua política entreguista, recessiva e de arrocho salarial. Esse governo nada tem a oferecer aos trabalhadores. Suas demagógicas propostas de realizar “pactos” ou “entendimentos” não passam de tentativas grotescas de envolver o movimento sindical e outros setores sociais. São manobras políticas que visam confundir o povo e conseguir certa base de sustentação.

Ao movimento sindical continua na ordem do dia, além de lutar por melhores salários e condições de trabalho, a luta por um regime social onde seja extirpada de vez a exploração do trabalho pelo capital. No que pese a ofensiva do sindicalismo reformista, que busca melhorar o capitalismo para perpetuar a exploração assalariada, os sindicalistas classistas, verdadeiramente representativos dos trabalhadores, têm horizontes mais vastos e articulam a luta de hoje com o futuro histórico dos trabalhadores. Tudo isso será um processo político cheio de idas e vindas que exigirá clarividência e perseverança.

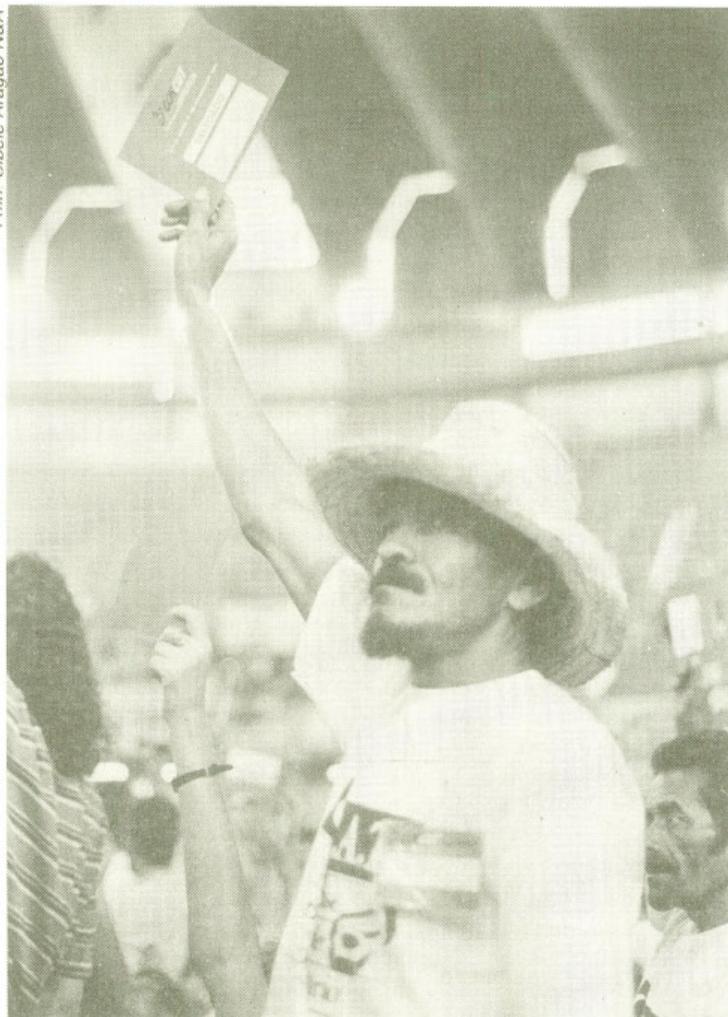
O IV Congresso da CUT, que ocorrerá no segundo semestre desse ano, será um importante fórum de debate, análise e discussão dessas questões. E deverá traçar os rumos da central para enfrentar esses graves desafios.

* Jornalista, diretor do Instituto de Cultura Operária e integrante do Conselho Consultivo do CES

NOTAS

- 1 — Agenor Silva Jr., revista Princípios nº 20, Ed. Anita Garibaldi
- 2 — Idem
- 3 — Umberto Martins, revista Princípios nº 19, Ed. Anita Garibaldi
- 4 — José Carlos Ruy, jornal “A Classe Operária”
- 5 — Agenor Silva Jr., revista Princípios nº 20
- 6 — Aldo Arantes, revista Princípios nº 20

Foto: Cibele Aragão N&A



A luta de bastidores para filiar a CUT a uma das três centrais mundiais

Altamiro Borges*

A CUT deve se filiar a uma das três centrais sindicais mundiais (Ciosl, FSM e CMT) ou manter a sua independência orgânica? Essa questão sem dúvida estará presente nas acaloradas discussões do 4º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, em setembro próximo. Mesmo que nenhuma das correntes cutistas ouse defender abertamente a filiação internacional, haverá uma acirrada disputa de bastidores no sentido de aplinar ou não o terreno nesse rumo.

Esse debate não é novo na história recente do sindicalismo nacional. Desde a retomada das articulações intersindicais, no final da década de 70, que o tema gera polêmicas. Mas o que sempre predominou foi a justa posição de que o movimento sindical brasileiro devia manter sua autonomia diante das centrais mundiais — “que não representam os interesses dos trabalhadores e para não importar a divisão artificial dessas entidades para o Brasil”. Esse raciocínio vingou na 1ª Conclat, unitária, em agosto de 81, e em todos os demais congressos da CUT, da extinta Conclat e também no da CGT. E, na maioria dos casos, a proposta da não filiação foi aprovada por unanimidade!

Atualmente, entretanto, observam-se posições bastante diferentes — alguns cutistas inclusive questionam o pejorativamente chamado “independentismo”. Essa “nova mentalidade” decorre de inúmeros fatores. Sua base são as profundas mudanças em desenvolvimento no mundo, com a crise do socialismo e a falência dos países do Leste Europeu, o processo de unificação capitalista em vários continentes e o novo patamar da disputa interimperialista no planeta, e os avanços tecnológicos da chamada “terceira revolução industrial”.

Essas mutações tem enormes reflexos no movimento sindical e na luta dos trabalhadores. A nível mundial, as três centrais passam por uma fase de turbulência, redefinindo seus papéis e suas composições. Elas também priorizam o relacionamento com as entidades nacionais, através de milionários financiamentos, convênios e políticas de formação, para atrair novas filiações, enfraquecer as concorrentes, e, desta forma, conquistar a hegemonia no sindicalismo internacional.

A nível de Brasil, as mudanças citadas e, conseqüentemente, a forte ofensiva ideológica da burguesia fazem florescer concepções político-sindicais conciliatórias, que abandonam antigas bandeiras e formas de luta e menosprezam a própria independência de classe dos trabalhadores. Daí o reforço à idéia de filiação a uma central sindical mundial. No caso específico, à Ciosl (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), vinculada à social-democracia européia e ao “pragmatismo sindical” dos EUA, Inglaterra e Japão — entre outros países.

Se num passado recente havia um esforço para manter a autonomia do sindicalismo nacional, hoje ocorre o contrário. Existe uma verdadeira corrida, principalmente as capitais européias e aos Estados Unidos, na busca de maior apoio financeiro e também de vínculos orgânicos mais sólidos. Tem sindicalista brasileiro se esbarrando no exterior! A “donzela” mais procurada é a Ciosl e suas filiações nacionais.

A Confederação Geral dos Trabalhadores, a CGT teleguiada pelo ministro Antonio Rógério Magri, luta encarniçadamente para ser a primeira central brasileira a se filiar à Ciosl. Para isso, conta com o apoio ostensivo da AFL-CIO (American Federation of Labor/Congress of Industrial Organization), a poderosa central sindical americana. Em reunião do comitê diretivo da Ciosl, em dezembro passado, no Japão, o pedido de ingresso da CGT foi avaliado e a decisão foi postergada.

A outra CGT, a Central Geral dos Trabalhadores, dirigida pelo solitário Joaquim dos Santos Andrade, já gozou de maior prestígio na Ciosl. Sua filiação era defendida por algumas centrais européias controladas pela social-democracia. Em função do seu processo de contínuo esvaziamento, essa discussão interna está congelada e as agradáveis viagens ao exterior cessaram. “Afimil, ninguém investe em defunto!”

Quanto a nati-morta USI (União Sindical Independente), controlada monarquicamente por Antonio Pereira Magaldi, ainda são preservados antigos laços de amizade com a AFL-CIO — mas muito tênues. Magaldi presidiu o Instituto Cultural do Trabalho (ICT), uma agência do sindicalismo ianque em nosso país, durante a agitada década de 60. Através dos dólares remetidos via embaixada dos EUA, ele contribuiu na conspiração contra o governo constitucional de João Goulart e na preparação do golpe militar de 64.

Agora, com a fundação da Força Sindical, em março passado, essa corrida às centrais mundiais tende a ganhar maior empolgação. Uma das primeiras missões da nova central foi uma turnê pela Europa. Luís Antonio Medeiros, o novo astro dos meios de comunicação, visitou a sede da Ciosl em Bruxelas (Bélgica) e manteve contato com várias centrais nacionais. Ele mendigou apoio financeiro e ainda fez críticas aos sindicalistas da

*Ao fecharmos essa edição, Joaquim dos Santos Andrade anunciava seu afastamento da presidência da CGT por motivo de divergências internas. A central ficou ainda mais esvaziada, condenada à morte, servindo apenas como biombo do MR-8 — minúsculo agrupamento partidário que exerce influência em apenas nove sindicatos no país. A maioria dos remanescentes da CGT já migrou para a Força Sindical de Luis Antonio Medeiros.

Foto: Cibele Aração N&A



Os congressistas debaterão a filiação internacional

social-democracia por privilegiarem no Brasil as relações com setores da CUT. “Eu disse a eles: olha, vocês estão aplicando dólares e eu gostaria que vocês vissem o que estão fazendo por lá. Esses dólares estão servindo para o ensinamento de um leninismo atrasado”, argumentou.

Medeiros, que pode ser acusado de tudo, menos de ingênuo, sabe que o sindicalismo aburguesado da Europa não nutre paixões pelo leninismo ou por qualquer coisa que lembre concepções revolucionárias, classistas. Daí ter jogado verde para colher maduro! A Força Sindical já anunciou que disputará com os setores cutistas o rico apoio da Ciosl. Em meados de abril, mais dois de seus dirigentes nacionais — José Ibrahim (Relações Internacionais) e Cláudio Camargo Cre (Formação Sindical) — visitaram entidades da Itália, França, Bélgica e Holanda a procura de respaldo político e de recursos financeiros.

Os pontos positivos e os negativos das relações internacionais da CUT

No interior da CUT, essa questão sempre gerou controvérsias. Desde a sua criação, em agosto de 83, que a mais representativa central sindical brasileira mantém contatos no exterior. No início, eles eram feitos de maneira mais multilateral. Até por imposição das resoluções dos seus congressos — “A CUT manterá relações com todas as centrais con-

servando sua autonomia e independência” —, as três centrais mundiais, suas filiadas e algumas entidades nacionais e regionais independentes eram procuradas pelos dirigentes cutistas. Tanto que as diversas tendências internacionais se fizeram presentes em todos os congressos da central.

Através desses contatos, a maioria feitos pela sua Secretaria de Relações Internacionais, a CUT firmou vários “projetos de cooperação”, garantiu espaço em fóruns mundiais, enviou lideranças para cursos e seminários no exterior e participou de jornadas unitárias de luta. Algumas dessas iniciativas inclusive resultaram em ações internacionalistas positivas à luta dos trabalhadores. Um exemplo foi a Conferência Sindical Latino-Americana e Caribenha Contra a Dívida Externa, realizada em Campinas (SP), em 1987. Também foram promovidos seminários para o intercâmbio de experiências entre os operários de multinacionais, como os da Volkswagen e da Phillips.

Essas relações internacionais, entretanto, sempre sofreram um forte questionamento interno e externo. A principal crítica é que nesse relacionamento a CUT passou a depender excessivamente dos recursos financeiros de entidades internacionais. As operações envolvendo dólares sempre foram nebulosas. Há informações de que só em 1989 a CUT conseguiu aprovar no exterior quatro “projetos de cooperação” no valor de 9,7 milhões de dólares. E quem empresta tanto dinheiro quer algo em troca!

Outra crítica é que o setor majoritário da central, a Articulação, passou a priorizar as relações com a Ciosl e suas filiadas, abando-

nando o pluralismo existente anteriormente. Além disso, observa-se que foram poucas as ações práticas de solidariedade aos povos em luta contra a exploração e a opressão imperialista. Quando da guerra do Golfo, por exemplo, setores cutistas não se empenharam na mobilização contra a agressão de tropas americanas e européias na região.

Mais recentemente, algumas lideranças da corrente Articulação passaram a defender, de maneira enrustida, a filiação à Ciosl. Devido a resistência da base cutista e as críticas severas das demais tendências internas, a força majoritária acabou não apresentando abertamente essa proposta nas teses para o 4º Concut. Mas em vários pronunciamentos e documentos, essa posição fica implícita.

**A ausência de críticas
mais contundentes à postura
da central social-democrata**

É o caso de um texto escrito por Osvaldo Bargas, secretário de Relações Internacionais da CUT e uma das principais lideranças da Articulação, publicado no início desse ano pelo Cedi (Centro Ecumênico de Documentação e Informação). Nele o sindicalista faz elogios ao apoio das centrais mundiais às lutas dos trabalhadores brasileiros, mas nada fala sobre a ação dessas mesmas entidades durante o regime militar. No caso da Ciosl, por exemplo, suas relações em nosso país sempre se deram com dirigentes mais apelegados. Tanto que as confederações dos trabalhadores em comunicação e publicidade (CNTCP) e em transportes terrestres (CNTTT) até hoje são vinculadas à Orit (Organização Regional Interamericana dos Trabalhadores), que é o braço da Ciosl em nosso continente. O atual ministro do Trabalho, Antonio Rogério Magri, há muito tempo representa indiretamente a Ciosl no Brasil, via Orit! Tanto que no congresso de fundação da CGT, em março de 86, ele apresentou a proposta de filiação — mas teve que recuar.

Outro argumento de Bargas é que no momento da criação da CUT ainda não se tinha “conhecimento e domínio da realidade do movimento sindical internacional” e que não havia clima para discutir o assunto. “Nossa desinformação impedia-nos de colocar tais questões em discussão sem comprometer a unidade cutista”, afirma. Agora as condições estariam mais amadurecidas e o cenário mun-

dial mais desanuviado.

O relato apresentado sobre a situação das três centrais mundiais indica bem qual é a tendência dessa corrente. Informa que a FSM (Federação Sindical Mundial), vinculada aos soviéticos, encontra-se em processo acelerado de esfacelamento. Sua sobrevivência depende dos “desdobramentos das transformações nos países socialistas (sic)”. Quanto à CMT (Confederação Mundial do Trabalho), controlada pela democracia cristã e a menor entre as três entidades internacionais, ele enfatiza o seu esvaziamento, dando como exemplo alguns casos de desfiliações recentes.

Já no que toca a Ciosl, o relato é nitidamente otimista. Bargas destaca que ela é “bastante pluralista” e que “essa pluralidade político-ideológica e a defesa dos princípios de liberdade e autonomia sindical” tem garantido a sua “inserção cada vez maior no movimento sindical internacional”. Não há qualquer crítica mais incisiva à conduta da Ciosl e de suas filiadas no passado e no presente.

Mesmo quando fala da crise vivida pelas centrais européias na atualidade, ele aponta como razões apenas as transformações econômicas e políticas que ocorrem nos países capitalistas “desenvolvidos”. Nenhuma palavra sobre a atuação conciliadora e cupulista do sindicalismo europeu, envolvido em inúmeros “pactos” com governos e patrões.

**Uma proposta perigosa que
pode abrir as portas para
futuro ingresso na Ciosl**

O próprio Osvaldo Bargas, num outro período histórico, ajudou a escrever o texto “A crise atual e o movimento sindical europeu”, editado em 1985 pela Secretaria de Relações Internacionais da CUT. Nessa época, foi mais crítico! Demonstrou com inúmeros dados que um dos blocos do sindicalismo europeu, exatamente o que sustenta a Ciosl, defendia uma política de conciliação de classes, “que parte do princípio de que os trabalhadores inevitavelmente sofrerão o ônus da crise (econômica)”. Em função dessa análise capitulacionista, as centrais controladas pela social-democracia passaram a firmar “pactos” com empresários e governos, orientando suas bases sindicais para que cedessem em várias conquistas e que limitassem a luta por reivindicações “a nível salarial”.



Passeata de desempregados na França: reformistas criticados

O texto de 85 mostra como essa conduta reformista causou o descontentamento dos trabalhadores, “gerando conflitos entre a base e a direção”. Como exemplo, cita a queda da sindicalização e o surgimento de organismos de empresa independentes. Ele também relata “a perda de autonomia dessas centrais em relação aos governos e aos partidos políticos”. Essa visão crítica, entretanto, agora é abandonada.

Essa guinada faz com que se considere hoje que as resoluções dos congressos da CUT, afirmando a independência internacional da central, “estão superadas”. Dai a sugestão de uma curiosa tática. Partindo da existência real de uma disputa no interior da Ciosl entre o “pragmatismo” da AFL-CIO e as correntes sociais-democratas da Europa, ele fala da necessidade de reforçar o segundo bloco — exatamente aquele que tanto criticou há poucos anos atrás. “A luta pela hegemonia dentro da Ciosl não está paralisada”, argumenta.

Para o atual secretário de Relações Internacionais da CUT, é urgente que a central supere “o atual estágio de sua política internacional, de relacionamento com todas as organizações mundiais e nacionais”. No entanto, ele ainda não sente clima para uma definição mais precisa. “Somente com a CUT mais unida é que poderemos intervir nessa conjuntura como protagonistas, estabelecendo alianças que estejam mais próximas de

nossos objetivos estratégicos, princípios e concepções”, afirma. Cabe a pergunta: mais próximas de quais objetivos estratégicos e concepções?

Para contornar esse obstáculo, ele apresenta uma proposta perigosa. Já que não dá para filiar de imediato a CUT à Ciosl, ele defende que o processo de ingresso “a uma das organizações mundiais deve resultar da filiação das organizações verticais da CUT, pois são essas instâncias da central que desenvolvem ações sindicais propriamente ditas”. Desta forma, via departamentos cutistas por ramo de produção, estariam abertas as portas para um futuro ingresso na Ciosl!

Uma central que cresceu em função do fortalecimento temporário do capitalismo

Mas por que a Ciosl desperta tantas paixões na atualidade? O que faz com que sindicalistas de concepções aparentemente tão divergentes e de centrais nitidamente adversárias, como a CGT de Magri, a Força Sindical e a CUT, tenham afinidade com a mesma organização internacional? A principal expli-

cação é que a Cioisl é hoje a central sindical mais forte e consolidada a nível mundial. Nos últimos anos, principalmente após os acontecimentos no Leste Europeu, ela avançou em sua influência.

Esse crescimento refletiu o próprio fortalecimento do capitalismo e o refluxo das lutas revolucionárias no mundo — ambos, conjunturais e não eternos, como desejam alguns ideólogos desse sistema de exploração. A Cioisl é a central mundial que mais se identifica com os objetivos dos países capitalistas desenvolvidos, imperialistas. Desde a sua fundação, em dezembro de 1949, que ela defende abertamente a chamada “livre iniciativa”, endeuza a democracia burguesa e combate as idéias marxistas. Até hoje o seu estatuto condena a “luta de classes”.

No seu interior convivem centrais nacionais vinculadas à social-democracia, principalmente as da Europa, e outras que seguem o chamado modelo do “pragmatismo sindical” — capitaneadas pela AFL-CIO dos Estados Unidos. Desde a década de 60, entretanto, a corrente que detém a hegemonia é a européia. Tanto que o secretário-geral da Cioisl tem assento garantido nas reuniões da Comissão Executiva da Internacional Socialista — o organismo mundial dos partidos sociais-democratas.

Isso não quer dizer que existem diferenças intransponíveis de concepções e práticas entre as duas tendências internas da Cioisl. Ambas pregam a conciliação de classes e priorizam as negociações de cúpula em detrimento da

luta dos trabalhadores na base. Para exemplificar basta citar a DGB (Deutscher Gewerkschaftsbund), a poderosa Federação dos Sindicatos da Alemanha e a principal representante da social-democracia na direção da Cioisl. Essa entidade tem notórios vínculos com o patronato e adota a prática do “sindicalismo de negócios” — o que em nada a difere da AFL-CIO.

Vários dos dirigentes da DGB participam de diretorias de multinacionais. O presidente da Federação dos Metalúrgicos de Franckfurt até recentemente era diretor da Volkswagen. A DGB também possui grandes empresas, onde impera a lei capitalista do lucro. Ela é proprietária do Bank für Gemeinwirtschaft, um dos maiores bancos do país, da empresa de construção civil Neue Heimat e de tantas outras firmas — que servem apenas para enriquecer e dar prestígio à burocracia sindical alemã.

Divergências no interior da Cioisl não são de princípios, refletem a disputa mundial

Quanto a concepção política da DGB nada melhor para defini-la do que as palavras de Hanns Brauser, secretário-geral dessa central, que em agosto passado esteve no Brasil para participar de um Simpósio Internacional sobre Sindicalismo, realizado no Palácio das



Protestos na Alemanha pela redução da jornada

Convenções do Anhembi (SP). Conforme enfatizou, a DGB defende a harmonia nas relações entre sindicatos e patrões e está integrada nos “métodos participativos” montados pelos capitalistas. “Na República Federal da Alemanha esse relacionamento não é mais um namoro, mas uma relação firme”, afirmou, orgulhoso.

Ele até deu um exemplo de como funcionou a “parceria social” no recente processo de “racionalização” das minas de seu país. “Nos últimos dez anos houve uma redução de mais de 2/3 dos postos de trabalho, e esse modelo (de participação) só pode funcionar com a colaboração dos sindicatos”. Caso os trabalhadores resistissem as demissões, explicou em tom terrorista, “ocorreriam conflitos extremamente sérios na sociedade”.

É exatamente essa orientação reformista, pró-capitalista, que impera na Ciosl. As diferenças entre as centrais dirigidas pela social-democracia e as que seguem o comando da AFL-CIO não são de princípios, mas sim refletem a própria disputa interimperialista de suas classes dominantes pelo saque dos países dependentes. Lógico que existem nuances entre as filiadas à Ciosl e mesmo que essas diferenças atinjam, em alguns momentos, certo grau de polarização.

Entre 1969 e 1981, por exemplo, a AFL-CIO esteve desligada da Ciosl, por discordar da aproximação da social-democracia europeia com os governos do Leste Europeu. Ela, entretanto, não abandonou a Orit, braço da central na América Latina, mantendo o seu controle político e financeiro. Posteriormente foram feitas as “pazes”, não se sabe em que termos, e os dois blocos voltaram a conviver e a trabalhar pelo fortalecimento da Ciosl. Atualmente as decisões no interior dessa central mundial são tomadas na base do consenso, sem votações, o que resulta numa prática pouco democrática e de permanentes alianças sem princípios. Esse critério inclusive inviabiliza o sonho de “disputar a hegemonia dentro da Ciosl”.

A recente expansão da Ciosl fez inclusive com que ela se tornasse mais exigente com seus “amigos”. Como agiota, ela agora cobra juros extorsivos! Depois de financiar vários “projetos de cooperação”, envolvendo e estimulando a dependência financeira de entidades nacionais independentes, a Ciosl hoje pressiona pela filiação imediata. Tanto que no mesmo encontro do Japão, em dezembro de 90, o seu comitê diretivo decidiu emprestar dólares apenas às entidades filiadas. Seu objetivo é esvaziar de vez a FSM e a CMT, e conquistar a hegemonia no sindicalismo in-

çamento que supera o Produto Interno Bruto (PIB) de vários países.

FSM desmorona com a queda do Leste Europeu e a CMT reduz sua representatividade

A Ciosl tem consciência de que vive um período de “prosperidade”. A Federação Sindical Mundial, que até há pouco era sua maior concorrente, está em crise profunda. A queda dos governos do Leste Europeu e a falência da União Soviética tiveram como consequência direta a desagregação dessa central, que era totalmente controlada pela burocracia revisionista.

O esfacelamento da FSM assume tons dramáticos — e há quem anuncie que a atual crise é terminal. A própria sede da entidade, localizada durante décadas em Praga, foi invadida quando das manifestações de protesto contra o governo tirânico da Tchecoslováquia. O que restou da direção da FSM hoje não tem sequer um local fixo de reunião e trabalho. A maior parte de seus dirigentes foi expulsa de seus países e está exilada em Moscou. Outra parte encontra-se presa, acusada de corrupção!

A situação das principais entidades nacionais filiadas não é diferente. O Conselho Geral dos Sindicatos Soviéticos, que era quem de fato dava as ordens na FSM, não conseguiu encerrar o seu último congresso, realizado em outubro passado. Marcado por divergências sobre os rumos do país, o encontro decidiu apostar na “perestroika” de Gorbachev e promoveu apenas mudanças de fachada na entidade, aprovando novos estatutos e um outro nome — Confederação Geral dos Sindicatos Soviéticos. Não foi possível sequer eleger todos os cargos diretivos da entidade, escolhendo-se apenas cinco nomes para dirigi-la até o próximo congresso.

Nos demais países do Leste Europeu, algumas centrais controladas pela burocracia revisionista foram extintas e outras afastaram velhos dirigentes para aparentar mudanças. A dinâmica do processo de desagregação do bloco soviético é tão intensa que há inclusive casos curiosos no meio sindical. Na Polônia, por exemplo, a OPZZ (Centralna Pada Zwiaskon Zawadoneych), que sempre atuou contra a luta dos trabalhadores e em defesa dos governos revisionistas, hoje dirige greves e protestos radicalizados contra Lech Wale-



Greve na URSS: burocratas perdem o controle sobre o povo

sa, dirigente do Solidariedade e atual presidente do país.

Aproveitando-se dessa situação caótica no bloco soviético, a Ciosl tem lançado seus tentáculos para atrair filiados e divulgar suas concepções pró-capitalistas. As centrais sindicais da Hungria, Bulgária e Tchecoslováquia aprovaram em recentes congressos a desfiliação da FSM e o ingresso na Ciosl. Esse organismo internacional também abriu escritórios de representação em vários países do Leste Europeu e já financia os seus famosos "projetos de cooperação" na região.

No caso da Alemanha, os dirigentes sociais-democratas da DGB preferiram proteger as estruturas da FGDB, a central sindical dos trabalhadores da Alemanha Oriental anexada. Isso para facilitar o processo de restauração capitalista no país, evitando o surgimento de organismos independentes. Houve a fusão por cima, de cúpula, entre as duas centrais, mantendo-se o aparato de controle dos assalariados. Com o aumento do desemprego e a piora das condições de vida dos operários desse país, resultado da extinção de antigas conquistas socialistas, ocorre atualmente um processo de radicalização da luta dos trabalhadores da Alemanha anexada.

Quanto a terceira central sindical mundial, a CMT, não é preciso gastar muita tinta. Mesmo antes das profundas mutações internacionais, ela já era a menos representativa. Surgida da antiga Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos (Cisc), criada na década de 20, essa corrente sempre pregou o anticomunismo mais tacanho. Controlada pela democracia-cristã, preferiu se ausentar das grandes lutas dos trabalhadores, como da batalha contra o nazi-fascismo na década de 40. Ela não possui qualquer influência na Europa e as entidades filiadas são frágeis.

Recentemente ela inclusive tem diminuído sua parca representatividade. A CFDT da França e a CSN do Canadá se desfiliam da Confederação Mundial do Trabalho. Para evitar novas perdas, ela mudou o seu discurso, "condenando tanto o capitalismo quanto o comunismo", e dá sinais de maior aproximação com a Ciosl. Em seminário promovido pela CUT, em dezembro passado, no Instituto Cajamar (SP), o representante da CMT, Gallo Pochelu, falou sobre essas conversações. Afirmando que ainda há divergências, principalmente regionais, ele garantiu que "a CMT trabalha na perspectiva da formação de uma grande central sindical mundial".

Preservar a independência orgânica não significa ficar isolada nas lutas mundiais

Diante desse quadro de profundas alterações no cenário sindical mundial, retornamos à pergunta da abertura desse artigo: como a CUT deve se posicionar no seu 4º Congresso Nacional? Deve se filiar à Ciosl, como defendem ainda de maneira tímida algumas lideranças da tendência Articulação, ou manter sua independência, como insistem todas as demais correntes internas?

Levando-se em conta a concepção reformista, pró-capitalista, que predomina no interior da Ciosl, a resposta cutista parece simples: deve preservar sua independência orgânica. O programa e a trajetória de luta da CUT se contrapõe aos dessa central mundial. Quanto ao aspecto do crescimento da Ciosl e da alentada unificação do sindicalismo internacional em seu interior, ainda é cedo para se fazer previsões. Qualquer precipitação no sentido da filiação, só reforçaria esse bloco do sindicalismo na sua disputa pela hegemonia mundial.

Essa postura da independência, entretanto, não significa o isolamento da CUT — como apregoam alguns partidários da filiação. Pelo contrário. A principal central sindical brasileira, que é a maior referência de luta dos trabalhadores de nosso país, deve intensificar seus contatos com o movimento sindical mundial. Isso com um objetivo bem definido: aumentar a unidade dos assalariados na luta contra a exploração capitalista. A justa preocupação com o perigo do isolamento, do vanguardismo, não pode empur-

rar a CUT para os braços de uma central mundial conciliadora e aburguesada. A unidade almejada deve servir à luta!

Esse espírito inspirou os trabalhadores conscientes desde o surgimento do capitalismo. O esforço para forjar uma sólida unidade do movimento sindical mundial sempre esteve presente em nossa história. A Associação Internacional dos Trabalhadores, fundada em 1864 e que teve com o um de seus principais mentores Karl Marx, foi a primeira grande iniciativa nesse sentido. Depois, outras a sucederam. Por diversos motivos, entretanto, esse objetivo nunca se concretizou — a não ser em breves espaços de tempo. Hoje o sindicalismo mundial está dividido e as três centrais existentes não representam os interesses históricos dos trabalhadores.

Esse quadro não retira a importância da decisão política de unir os assalariados de diversos países na luta contra a exploração. Hoje, mais do que nunca, essa questão está na ordem do dia. O capitalismo, reforçado pela derrota das primeiras experiências socialistas e pela formação de novos e poderosos blocos econômicos, estende seus tentáculos de dominação e exploração por todo o planeta. Para combatê-lo, a unidade de classe dos trabalhadores é indispensável.

A CUT tem um importante papel a cumprir nesse sentido. Sem se atrelar às concepções de uma determinada central mundial, ela pode e deve desenvolver ações concretas de apoio e solidariedade às lutas dos povos contra o jugo do imperialismo e aos combates de classe dos trabalhadores contra a exploração. Sua função, principalmente na América Latina, é a de contribuir para a unificação dos assalariados na perspectiva da superação do sistema econômico vigente. É a de dar um conteúdo classista à luta sindical!

*Jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais e assessor do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente de S. Paulo

BIBLIOGRAFIA

- 1 — "A CUT e o Movimento Sindical Internacional, vários autores, editado pelo CEDI, 1991.
- 2 — *As Confederações Sindicais Mundiais*, editado pela Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.
- 3 — *A Crise Atual e o Movimento Sindical Europeu*, editado pela Secretaria de Relações Internacionais da CUT, 1985.
- 4 — Tesch, Walter, *O Sindicalismo Internacional*, editado pela Federação dos Bancários de São Paulo, 1981.
- 5 — Teixeira, Nelson Gomes (org.), *O Futuro do Sindicalismo no Brasil*, Editora Pioneira/Fundação Fides, 1990.
- 6 — Iscaro, Rubens, *História del Movimiento Sindical*, Ed. Fundamentos (Argentina), 1973.
- 7 — Bernardo, João, *Capital, Sindicatos, Gestores*, Ed. Vértice, 1987.
- 8 — Morris, George, *A CIA e o Movimento Operário Americano*, Ed. Civilização Brasileira, 1967.
- 9 — Schuster, Dieter, *El Movimiento Sindical Alemán*, Ed. Friedrich-Ebert-Stiftung (RFA), 1985.
- 10 — Abendroth, Wolfgang, *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*, Ed. Paz e Terra, 1977.



Foto: Cesar Diniz

Metalúrgicos do ABC: categoria com tradição de luta

Congresso de São Bernardo: o laboratório da “nova estratégia” da Articulação

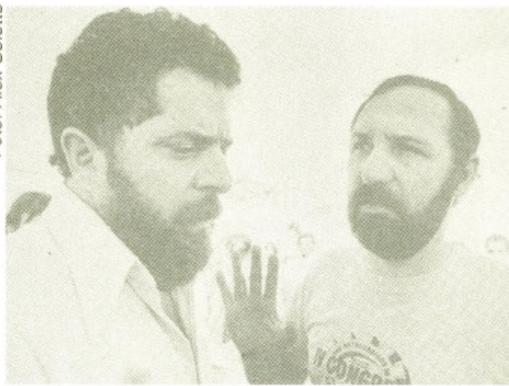
Bernardo Joffily*

Qual é exatamente a concepção sindical da maior tendência interna da CUT na atualidade, a *Articulação*? Essa pergunta é feita por todos os cutistas, que sabem que as teses dessa corrente terão grande força no 4º Concut, definindo o futuro da central. A partir da análise do 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, esse artigo dá algumas dicas sobre a “nova linha estratégica” que está sendo elaborada pela *Articulação*.

O universo sindical brasileiro acompanhou atentamente o 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, realizado em março, com 568 delegados. Afinal, num ano

de congressos estatuais da CUT, e do 4º Concut, há uma forte marca nacional na discussão que rola em cada categoria. Além disso, os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema

Foto: Alex Soletto



Lula e Meneguelli: líderes da Articulação

não são uma categoria qualquer, graças a seus 140 mil trabalhadores, um terço deles concentrado em gigantescas montadoras de automóveis, e sua lendária tradição de luta.

A greve contra as demissões na Autolatina, poucos dias antes, voltara a evidenciar essa importância. Por fim, São Bernardo, berço de Lula, Jair Meneguelli, Vicente de Paulo e outros, é visto como a principal referência nacional e o *bunker da Articulação*, que administra em grande medida a partir daqui sua hegemonia, hoje contestada, sobre a Central Única dos Trabalhadores.

O simples fato de uma categoria operária realizar seu *sexto* Congresso já diferencia os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Eles fazem congressos desde 1974, em pleno auge da ditadura militar. Um ou outro veterano, como *Zé Preto*, protagonista da greve da Ford em 1990, ostenta o título de ter participado em todos. O primeiro Congresso quase não começou, por proibição policial. O quarto, em 1983, ficou pela metade devido à intervenção de Figueiredo no Sindicato.

Mas uma entidade sindical não pode viver de glórias passadas, por maiores que estas tenham sido. A tese aprovada assinala que “o 6º Congresso ocorre num contexto bastante distinto daquele que envolveu as greves de 1978/1980, quando nosso sindicato se projetou como referência nacional e peça-chave na mobilização contra a ditadura”.

Uma nova situação reclama um novo diagnóstico e uma nova linha de conduta. Implica no risco de se manter velhas concepções e práticas, que perderam sua razão de ser, ou de adotar uma linha equivocada, ainda que “nova”. Este foi o pano de fundo das discussões que ocuparam os 568 delegados durante todo um fim de semana, em comissões e na plenária que superlotou o auditório do Pampa’s Hotel de São Bernardo.

Uma linha em elaboração de uma tendência heterogênea e que sofre pressões internas

Como era de esperar, o debate se deu a partir das posições da *Articulação*, que mantém ciosamente um controle quase monolítico sobre o Sindicato e as Comissões de Fábrica. Na plenária de abertura do Congresso, a tese geral da diretoria teve três quartos dos votos, vencendo folgadoamente duas propostas mais à esquerda.

E qual é a posição da *Articulação*? Aí entramos num terreno pouco firme. Primeiro por ser uma linha em elaboração, que não nasce pronta nem apresenta contornos nítidos. E, sobretudo, por ser a linha de uma tendência sindical heterogênea, que sofre pressões e contém contradições de vários tipos.

Nota-se diferenças, por exemplo, entre o discurso dos sindicalistas operários da *Articulação* e o dos intelectuais e parlamentares que se apresentam como seus porta-vozes — e tiveram seus votos. São igualmente visíveis distinções entre a direção sindical e a base, mais radicalizada, impaciente com o achatamento do seu nível de vida, saudosa dos velhos bons tempos, que com frequência toma o freio nos dentes. A coesão da tendência se apóia bem mais no prestígio de suas lideranças, a começar por Lula, que no nível de elaboração de suas posições.

Podemos, porém, adotar a tese do Congresso de São Bernardo como representativa do que pensa a *Articulação*. E usar os debates no Congresso para desvendar a essência, nem sempre clara, de seu pensamento.

A tese constata que “o movimento sindical não se confronta mais com um regime fechado como a ditadura militar. [...] A sociedade brasileira conquistou razoável estabilidade democrática”. Avalia “que existe liberdade de manifestação [na plenária do congresso, acrescentou-se aqui também a palavra “razoável”]. Abrem-se amplas perspectivas de ação partidária e institucional. [...] A classe dominante não abriu mão da violência, na disputa com os trabalhadores. Mas valoriza a dominação pela via dos instrumentos ideológicos. [...] busca conquistar a aprovação dos dominados, para apresentar-se como força hegemônica na sociedade”.

Na avaliação do governo Collor, a mesma insistência. Após a tirada oposicionista, vem uma ressalva: “Não é correto concluir, porém, que tal fracasso [na derrubada da inflação] tenha anulado toda a força política de Collor. Gozando de relativa legitimidade conferida pelas urnas, contando com forte adesão no empresariado e dispondo de apoio maciço entre os veículos de comunicação, o presidente ainda possui condições para repetir as exibições de “jet-ski” e coordenar novos ataques contra a classe trabalhadora. Colhendo alguns êxitos nas eleições de 1990 já anuncia que tem a nova Constituição como um de seus alvos”.

Diante disso, a tese propõe nada menos que “uma nova estratégia para o movimento sindical”, como afirma um subtítulo. Mais adiante, reafirma: “o movimento sindical combativo precisa aceitar o desafio de se renovar, adotando um discurso e uma prática inteiramente criativos”. Sente-se que o autor resistiu à tentação de escrever “inteiramente novos” por achar que seria novidade demais. Mas o tom, o espírito é esse: o discurso da modernidade chega ao sindicalismo.

**Aparecem em cena as
“intenções construtivas” da
“ação propositiva/afirmativa”**

O que existe de “inteiramente criativo” na “nova estratégia” da *Articulação*? Mais uma vez a resposta não fica nítida à primeira vista. A tese ao Congresso de São Bernardo vê o movimento sindical fluir por dois leitos: a tradicional “prática defensiva/reivindicativa” e uma nova “ação propositiva/afirmativa”. Ela não propõe o abandono do primeiro leito: nega, com veemência, “que a luta direta contra a exploração tenha passado a um segundo plano”. Mas argumenta que, “quando o inimigo usa um discurso de ‘modernidade’ e ‘liberdade’, torna-se necessário desmascará-lo em suas próprias contradições. O movimento sindical não pode temer a disputa de hegemonia.”

Não sabemos até que ponto os sindicalistas de São Bernardo têm consciência de que embarcam na versão do professor Weffort para a tese gramsciana da hegemonia. Aparentemente é uma consciência nebulosa, pois a esmagadora maioria dos sindicalistas de São Bernardo mostra simpatia pela revolução — uma simpatia que faria o professor

torcer seu duto nariz. Mas não é preciso ter consciência nítida para se embarcar numa canoa; e a *Articulação* embarca sem reservas na “ação propositiva/afirmativa”:

“É preciso exercer o diálogo e demonstrar, nele, a inconseqüência de nossas elites, deixando claro para a sociedade qual o lado que tem, efetivamente, *intenções construtivas*”.

“A CUT acertou na prática de comparecer ao fórum de negociações, em Brasília. [...] Enganam-se redondamente os que negam a necessidade, numa conjuntura difícil como a atual, de *se abrir campos novos de intervenção*”.

“É preciso entrar no debate da tão propagada modernização das relações entre capital e trabalho, dando a ele um enfoque oposto ao dos patrões”.

“Democracia deve ser o tema-chave de nossa intervenção nesse debate”.

“Essa *nova estratégia* exige uma atuação articulada em várias frentes, combinando a defesa de interesses imediatos com a definição de *propostas concretas*”.

“Defender parâmetros básicos para as políticas de abrangência nacional (política econômica, industrial, tecnológica, energética, agrícola, habitacional, educacional etc)”.

Evitamos, de propósito, dar destaque especial à defesa do “fórum de negociações em Brasília”, ou “entendimento nacional”, mais conhecido na imprensa e nos meios sindicais como “pacto social”. Desde o ano passado defensores e adversários da “ida ao pacto” discutem exaustivamente o assunto, e não é ruim que o façam, pois ele foi o momento em que a “nova estratégia” da *Articulação* foi aplicada com maior clareza. Mas seria ineguidade encarar o episódio como um fato em si. É preciso enxergá-lo como um componente, a ponta do iceberg, de uma linha que ainda não teve condições, ou coragem, de se explicitar inteiramente, mas detém o comando da CUT em plano nacional e pretende se afirmar como tal no Concut.

Também não somos dos que idolatram a “prática defensiva/reivindicativa”, para usar o vocabulário da tese. Sem negar a importância das lutas econômicas imediatas, salta aos olhos a necessidade de “passar às mobilizações gerais”. E não há nada mais justo que “transformar o movimento sindical num verdadeiro sujeito social, que não se fecha em comportamentos corporativistas, mas leva em conta a globalidade dos interesses em choque na sociedade”. Estas formulações merecem aplausos: são passos adiante da *Ar-*

articulação para livrar o sindicalismo da peia corporativa que atrapalha sua marcha.

Como diria o poeta, o buraco é mais embaixo. O verdadeiro problema poderia ser resumido assim: qual é, exatamente, a “velha estratégia” que a *Articulação* deseja abandonar? qual é mesmo a “nova estratégia” que advoga? e qual o significado de classe da pretendida mudança?

Sim, pois o movimento sindical (e o conjunto dos movimentos populares) vem construindo há tempos uma estratégia de luta, uma visão do país que temos, do país que queremos, das transformações que pretendemos.

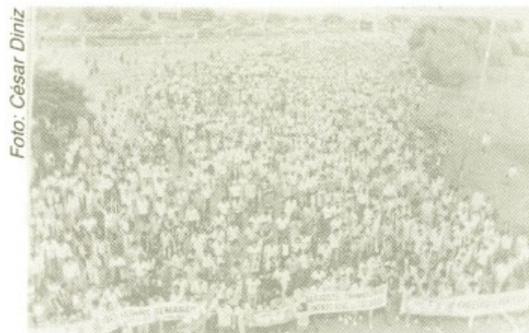
Esta estratégia tem como alicerces bandeiras como o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária, a defesa das estatais e dos seus trabalhadores, a jornada de 40 horas, o salário-mínimo conforme o Dieese, a liberdade sindical, o direito de greve, o ensino público e gratuito e muitas outras. E é muito sintomático, para não dizer escandaloso, que a tese original da diretoria de São Bernardo *não as mencionasse*.

**Esta é a lógica que leva
Mercadante a frequentar tanto
o Ministério da Economia...**

Ninguém pode dizer que essas bandeiras não são “afirmativas”, “propositivas”, ou “construtivas”. O problema é que, vistas no seu conjunto, elas afirmam, propõem e pretendem construir um Brasil popular, radicalmente diferente do atual e absolutamente intragável do ponto de vista das classes dominantes.

Neste sentido, não seria exagero dizer que elas constituem uma plataforma revolucionária. Isso não significa dar carta de revolucionário ao movimento sindical brasileiro. Essa estratégia se afirmou apesar do reformismo e em luta com ele, graças ao esforço das lideranças classistas e com a inestimável ajuda da própria realidade, que clama por transformações radicais. A contradição — entre esta plataforma relativamente avançada e a permanência de direções que não estão à sua altura — é uma das muitas, e das principais, que marcam nosso sindicalismo.

As teses da *Articulação*, no Congresso de São Bernardo e em outros, não ousam declarar que pretendem substituir *esta* estratégia.



CUT é referência no ABC

Mas no fundo (talvez mais fundo que alcança a consciência de muitos sindicalistas da *Articulação*) esta é a dura verdade.

Um diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo resume o problema numa frase eloqüente: “Ou a montanha ou o pacto”. Como, evidentemente, não se coloca hoje a alternativa de pegar em armas, subir a montanha e tomar o poder para os trabalhadores, resta nos conformarmos com o pacto.

Diante de um governo de uma reacionarismo tão extremado como o de Fernando Collor, ficaria até ridículo comparecer à mesa de entendimento para defender o não pagamento da dívida ou a reforma agrária. Então busca-se “políticas de abrangência nacional”, mais adaptadas ao pacto do que à montanha...

É essa lógica que leva o deputado Aloizio Mercadante, muito bem votado entre os metalúrgicos de São Bernardo, a frequentar com tanta desenvoltura os gabinetes do Ministério da Economia, apresentando alternativas para melhorar o plano Collor 2. E a julgar pelo espaço e a simpatia que Mercadante obteve nos meios de comunicação (nessas horas se esquece que é Collor que os maneja), a dose será repetida.

A “nova estratégia” não exige nem mesmo um abandono solene e formal da plataforma atual, de transformações sociais em profundidade. Esta pode até permanecer, pró-forma, em resoluções que não saem do papel. O importante é que haja outra plataforma, efetiva, que seja elaborada no “governo paralelo”, levada ao “fórum de negociações”, apresentada no “diálogo” com os “novos interlocutores”, quem sabe até aceita pelo governo, neste ou naquele ponto parcial e específico, e saudada como vitória dos trabalhadores.

Em bom português isso quer dizer social-democratização do movimento sindical. Implica em ver as reformas como um fim em

si mesmo, uma estratégia de luta e não um subproduto que acumula forças dentro de uma estratégia de transformação em profundidade.

O sindicalismo classista e revolucionário não nega as reformas, mas recusa precisamente a submissão da sua estratégia aos horizontes estreitos de um capitalismo "melhorado". Não recusa por princípio a negociação com qualquer governo patronal, porém estuda caso por caso, rejeitado, sim, as conversações ocultas, de fachada, como esta que Collor batizou de "entendimento nacional".

O debate do 6º Congresso reservou algumas surpresas à diretoria do sindicato

Durante os trabalhos do 6º Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, a *Articulação* fez valer sua hegemonia. Aprovou, em marcha batida, a defesa do "entendimento nacional" em todas as comissões. Mas o debate reservou-lhe também algumas surpresas.

As bandeiras gerais de luta do movimento sindical terminaram sendo acopladas às resoluções do Congresso, por iniciativa da base, sem que a diretoria do Sindicato se opusesse. Uma caracterização incisiva da "estratégia neoliberal" de Collor, que "significa liberdade total para os tubarões, principalmente os estrangeiros (imperialistas), arrancarem o couro do povo brasileiro, implantando a ditadura das medidas provisórias", foi aprovada por 209 votos contra 202, apesar da oposição da diretoria. Praticamente todas as mudanças introduzidas na tese geral buscavam de relativizar a "nova estratégia". Uma tese sobre "Nossas organizações por local de trabalho", questionado por que o número de Comissões de Fábrica na categoria tinha caído de 24 para 16, desde o 5º Congresso, três anos atrás, despertou um instrutivo debate.



Foto: César Diniz

Sede do sindicato: categoria presente

Precisamente aí reside o drama da *Articulação* em São Bernardo e outros sindicatos de primeiro escalão: a mesma fonte de sua força gera também sua fragilidade. Uma base organizada, forjada em muitas lutas, capaz de discutir e inquieta, ameaça derrotar qualquer proposta que cheire conciliação de classe. Isso já aconteceu em alguns episódios. E pode se repetir na medida em que a *Articulação* enverede efetivamente pela "nova estratégia" da social-democratização.

*Jornalista, diretor do Centro de Estudos Sindicais

As comissões de fábrica

Quase a metade dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema trabalham em empresas que possuem Comissão de Fábrica; mas oito Comissões foram perdidas desde 1988...

Comissões existentes atualmente:

- Atlas Copco do Brasil
- Coldex Frigor
- Conexel
- Ford do Brasil
- Maxion
- Mayekama do Brasil
- Mercedes Benz
- New Holand (Ford Tratores)
- Saab Scania
- Seco Tools
- Semco
- Tri-Sure
- Volkswagen do Brasil
- Volkswagen Caminhões
- Apema (provisória)
- HL (provisória)

Fábricas com delegados sindicais:

- Fathon Equipamentos
- FME
- Fone Mat
- Imacon
- Metal Leve

Comissões de Fábrica "perdidas" desde 1988:

- Borg Warner
- Brastemp
- Filtros Nasa
- Forjaria São Bernardo
- Injecta
- Maberly
- Macisa
- Resil

Trotski e os trotskistas: origens e suas propostas para o movimento operário

José Carlos Ruy*

Na série sobre a história das tendências no movimento operário, publicamos a primeira parte do artigo sobre a trajetória e as concepções político-sindicais dos trotskistas. Para finalizar essa série — que deverá ser reunida e editada num livro do CES —, serão publicados a segunda parte dessa artigo e um último sobre a concepção cristã de sindicalismo.

Em 16 de dezembro de 1919, o líder soviético Leon Trotski apresentou ao Comitê Central do Partido Comunista russo suas “Teses sobre a transição da guerra para a paz”. Ele era então um dos comandantes do Exército Vermelho e pretendia aplicar na gestão da economia a experiência adquirida na luta contra os inimigos da revolução. Entre as principais medidas que Trotski propunha estava a militarização do trabalho. *Por engano*, Bukharin — que dirigia o *Pravda* — publicou o texto no dia seguinte, provocando uma avalanche de protestos e tornando público um debate intenso, que atravessaria todo o ano de 1920 e só terminaria em março de 1921, no 10º Congresso do partido bolchevique.

Ao longo de 1920, Trotski aperfeiçoou e aprofundou suas idéias. Nomeado presidente da Comissão da Obrigatoriedade do Trabalho, em 27 de dezembro de 1919, sua gestão foi marcada — diz seu biógrafo, Isaac Deutscher — por “expedientes tristes”. Em janeiro de 1920, por exemplo, numa Ordem aos Exércitos do Trabalho, Trotski afirmou: “um desertor do trabalho é tão desprezível e vil quanto um desertor do campo de batalha. Castigo severo a ambos!”.

Nessa ocasião, o sindicalista menchevique

Abramovich usou contra Trotski uma expressão que, mais tarde, Trotski e os trotskistas usariam contra Stálin: “não se pode construir uma economia planificada da forma pela qual os faraós construíram suas pirâmides”.

Abramovich exprimia um sentimento anti-Trotski que se espalhava entre os sindicalistas. No 9º Congresso do Partido, em março de 1920, Trotski voltou à carga: “não se pode deixar a classe trabalhadora vagabundear através da Rússia”. Os trabalhadores “devem ser colocados aqui e ali, ordenados, comandados, exatamente como soldados”. “Os desertores do trabalho devem ser reunidos em batalhões punitivos ou postos em campos de concentração”.

No 3º Congresso Pan Russo dos Sindicatos, que se reuniu em seguida ao Congresso do partido, Trotski foi ainda mais claro: “A militarização do trabalho... é o método básico indispensável à organização da força de trabalho”, e enfatizou que a coerção, a regimentação e a militarização do trabalho não eram simples medidas de emergência. O Estado dos trabalhadores tinha o direito de coagir, numa situação normal, qualquer cidadão a fazer qualquer trabalho e em qualquer lugar, defendeu ele.

A defesa da militarização dos sindicatos na URSS e da nomeação de seus dirigentes

Em meados de 1920, Trotski passou a defender também a militarização dos sindicatos, e a nomeação de seus dirigentes pelo governo. A polêmica chegava ao auge. Se, nas condições de destruição material e desorganização social da Rússia no tempo do comunismo de guerra, a militarização do trabalho podia ser encarada como uma medida de exceção, provisória, um sacrifício que as circunstâncias impunham, a militarização dos sindicatos excedia a tudo o que os líderes bolcheviques podiam considerar razoável, mesmo na situação de guerra.

Trotski havia sido encarregado de reorganizar o transporte ferroviário na Rússia. O país estava em guerra com a Polônia e o colapso dos transportes ferroviários levava os especialistas estrangeiros a prever que, em poucos meses, não haveria sequer um trem em movimento. Trotski colocou os ferroviários sob a lei marcial e intensificou o trabalho nas oficinas de reparos. Quando o sindicato protestou, afastou seus dirigentes e nomeou interventores. Agiu da mesma forma nos outros sindicatos de trabalhadores em transportes — e os resultados foram superiores às expectativas: as ferrovias e os transportes foram reabilitados muito antes do previsto.

Embragado pelo êxito, Trotski ultrapassou “grosseiramente as medidas”, diz Deutscher. Passou a defender a militarização de todos os sindicatos e a nomeação de seus dirigentes, propondo uma estrutura sindical muito mais autoritária que a criada por Getúlio Vargas no Brasil, com medidas que nem mesmo os governos militares pós-1964 ousa-

ram adotar! Para Trotski, diz Deutscher, “os líderes sindicais, como servidores do Estado, falariam pelo Estado aos trabalhadores, e não pelos trabalhadores ao Estado”.

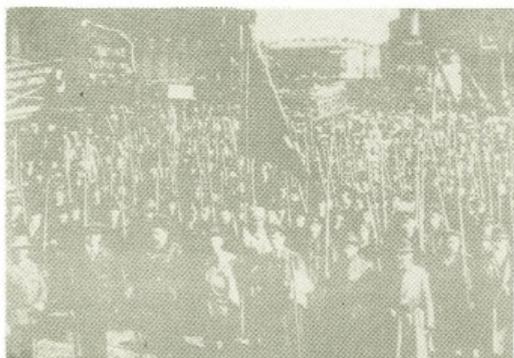
Nesse momento, Lênin rompeu abertamente com ele. Trotski prendia-se a posições de princípio, abstratas, e não tinha a flexibilidade genial de Lênin, para quem o marxismo era um método de orientação política e não um manual de receitas infalíveis. Em novembro de 1920, Trotski reapresentou suas teses sobre os sindicatos ao Comitê Central. “É necessário começar a reorganizar imediatamente os sindicatos, isto é, a escolher o seu pessoal dirigente”. “É preciso substituir os agitadores irresponsáveis por sindicalistas preocupados com a produção”, enfatizou.

Lênin foi contra esse propósito e a maioria do Comitê Central o acompanhou. As teses de Trotski foram derrotadas e decidiu-se não dar publicidade ao assunto. A conjuntura era delicada. Havia fome nas cidades. A produção industrial e agrícola estava reduzida, em fins de 1920, a um terço do que eram em 1913, antes do começo da Primeira Guerra Mundial.

Poucos dias depois, o veto à publicidade do debate foi suspenso e Trotski publicou suas idéias no folheto “A missão e as tarefas dos sindicatos”. Os sindicatos, argumentava, devem defender os interesses da classe operária. Mas, após a revolução proletária, já não havia burguesia e o próprio Estado era operário. Assim, contra quem os sindicatos defenderiam os operários?

Lênin acusa Trotski de “absoluta falta de tato” e condena o seu burocratismo

Semanas depois, no 8º Congresso dos Soviéticos, veio a resposta de Lênin, no discurso “Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotski”. Para Lênin, não são os sindicatos que exercem a ditadura do proletariado; sua função é outra, na transição para o comunismo. Os sindicatos englobam a totalidade do proletariado, e a ditadura é exercida pela vanguarda da classe. Assim, “não se pode levar a cabo a ditadura do proletariado através da organização que engloba a totalidade dele”. Era a divergência “sobre os métodos de *abordar* as massas, de *ganhar* as massas, de *nos ligarmos* às massas”.



A tomada do poder em Petrogrado

Lênin não visava apenas as massas trabalhadoras urbanas, os operários e os demais assalariados. Pensava também no principal aliado da classe operária na revolução, o campesinato. Expunha, assim, outra divergência fundamental. Trotski falava em “Estado operário”. No caso russo, disse Lênin, isso não era correto: nosso “Estado não é, na realidade, operário, e sim operário e camponês”. Para Lênin, o Estado soviético tinha outra limitação: era também um “Estado operário com uma deformação burocrática”, do qual os operários tinham que se defender. “Nós devemos utilizar estas organizações operárias para defender os operários em face de seu Estado, e para que os operários defendam o nosso Estado”. Acusou então Trotski de “absoluta falta de tato”, e denunciou sua política como uma “política de limitação burocrática dos sindicatos”.

Posições equivocadas derivam de sua trajetória menchevique na Rússia

Embora tenha sido um revolucionário combativo, e um dos principais líderes de 1917, Trotski sempre foi um menchevique, e suas posições teóricas derivam de seu menchevismo. Em 1903, quando formaram-se as facções bolchevique (maioria) e menchevique (minoridade) do Partido Social Democrata da Rússia, Trotski ficou com os mencheviques. Entre os motivos da polêmica estava a questão da natureza do partido. Lênin, líder dos bolcheviques, queria uma organização hierarquizada, onde cada filiado se comprometia não só com o programa mas também atuaria de maneira organizada, coesa. Os mencheviques, ao contrário, queriam um partido fluido, menos organizado, e que não exigisse a filiação formal de seus militantes.

Lênin, que já havia trabalhado com Trots-



Trotski fala aos soldados

ki no *Iskra* (o jornal dos revolucionários russos, editado no exílio), tentou convencê-lo a mudar de opinião, sem êxito. O rompimento entre os dois líderes foi então irreversível; ele tornou-se visível na revolução de 1905, quando Trotski defendeu a palavra de ordem de “Governo Operário”, enquanto Lênin queria uma “Ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato”, fórmula que expressava a aliança entre os operários e os camponeses, necessária para o avanço e consolidação da Revolução.

Em 1906-1907, Trotski reaproximou-se temporariamente dos bolcheviques, mas afastou-se em seguida; em 1912, estava entre os liquidacionistas do partido e, em 1914, ficou equidistante entre os liderados de Lênin (radicalmente contra a guerra imperialista, que, segundo ele, devia ser transformada pelo proletariado dos países beligerantes em guerra revolucionária) e os mencheviques, que aceitavam a orientação oportunista da II Internacional, segundo a qual os operários deviam apoiar a burguesia de seus países na guerra imperialista.

“Demasiado senhor de si e atraído pela aspecto administrativo das coisas”

Assim, “entre 1903 e 1916, sobre todas as questões essenciais do movimento operário na Rússia e à escala internacional, Trotski defendia posições muito divergentes das dos bolcheviques”, diz Leo Figueres. Ele foi sempre uma espécie de “ala esquerda” do menchevismo. Em 1917, quando os acontecimentos se precipitaram na Rússia, uniu-se aos bolcheviques, tornando-se membro do Comitê Central do partido no VI Congresso, em agosto de 1917. Mesmo assim, continuou menchevique, como o próprio Lênin registrou em seu “Testamento”, onde refere-se ao “não bolchevismo” de Trotski. Nesse texto (trata-se da “Carta ao Congresso”, ditada por Lênin em 24 de dezembro de 1922, e que ficou conhecida como seu “Testamento”). Lênin referiu-se a Trotski também como “demasiado senhor de si e demasiado atraído pelo aspecto puramente administrativo das coisas”.

Revolucionário mais europeu do que propriamente russo, Trotski — como os mencheviques e os dirigentes da II Internacional — apegava-se à letra do marxismo como uma

doutrina talmúdica, morta, imutável. Marx havia preconizado que o comunismo suplantaria o capitalismo e, por isso, seria de esperar que a revolução proletária ocorresse nos países capitalistas mais desenvolvidos, onde a classe operária — dirigente da revolução — estaria mais madura, mais emancipada politicamente e capaz de dirigir um processo de mudanças revolucionárias que alteraria radicalmente a forma de organização da sociedade e da vida.

A Rússia era um país atrasado, ainda semi feudal, com uma imensa maioria camponesa atrasada, inculta. Suas massas trabalhadoras ainda eram pouco independentes e, ao ver dessa ortodoxia marxista, incapazes de propor um programa próprio de mudanças sociais. A revolução, na Rússia, só poderia ser uma reprise da grande revolução burguesa de 1789 na França, e sua direção caberia à burguesia liberal, pensavam. Os operários deveriam ficar à margem, esperando que a democracia parlamentar burguesa cumprisse o seu papel para, em seguida, lançar-se à sua própria revolução.

Ora, o próprio Marx já havia indicado, em seus escritos sobre a revolução alemã, que a classe operária não podia esperar mais nada da burguesia liberal, mas tomar as rédeas do acontecimento em suas mãos e procurar fortalecer seus vínculos com aqueles que eram, desde então, seus aliados potenciais na revolução, os camponeses. Os operários não deviam jamais deixar os camponeses sob a liderança burguesa, mas forjar com eles uma sólida frente de expropriados.

**Tese da revolução permanente
tem suas origens na
ortodoxia da II Internacional**

Lênin, pensador dialético muito mais sutil que Trotski e os escolásticos teóricos da II Internacional, renovou o marxismo a partir dessas indicações de Marx. A revolução russa, escreveu ele, é simultaneamente proletária e burguesa, e seu caráter burguês decorre da “aliança do proletariado com o conjunto do campesinato”, pois os “camponeses, tomados em bloco, são pequenos produtores que trabalham para o mercado”.

Assim, contra a palavra de ordem de “governo dos operários” de Trotski, que exprimia um princípio abstrato, Lênin propôs a fórmula “ditadura democrática do proleta-



Lênin: o dirigente da revolução

riado e dos camponeses” para definir o Estado soviético. Ela tinha a virtude de exprimir a relação real, concreta, entre as duas principais classes da revolução. Trotski corrigiu então seu lema, sem modificá-lo na essência: “ditadura do proletariado que se apoia nos camponeses”, que é apenas outra maneira de dizer “governo dos operários”.

Outra fórmula trotsquista que ficou famosa — a tese de que a “revolução socialista não pode alcançar a realização dentro do quadro nacional”, como Trotski a definiu em *A Revolução Permanente*, de 1930 — também deriva da influência menchevique. Os ortodoxos da II Internacional e seus partidários russos, os mencheviques, diziam que a revolução socialista só ocorreria nos países avançados da Europa. Repetiam mecanicamente aquilo que consideravam a fórmula correta do catecismo marxista. Todavia, contrariamente a essa teoria, a revolução ocorreu naquela que era a mais atrasada das potências européias, a Rússia czarista. Os revolucionários russos conheciam a debilidade de seu país e da classe dirigente da revolução, o proletariado. E esperavam que sua revolução fosse apenas o estopim da revolução européia, que parecia iminente na Alemanha, na Áustria e na Hungria. A traição dos dirigentes social-democratas e a inexperiência dos revolucionários fez a revolução fracassar nesses países, principalmente na Alemanha. Assim, os dirigentes bolcheviques viram-se na contingência de dirigir a construção do socialismo em condições extremamente desfavoráveis, agravadas pelo cerco e pelas agressões imperialistas.

Nesse quadro, quando ainda não havia consenso entre os dirigentes bolcheviques sobre o que fazer (a não ser a concordância de que deviam manter, a todo custo, o poder alcançado pelos operários e camponeses),

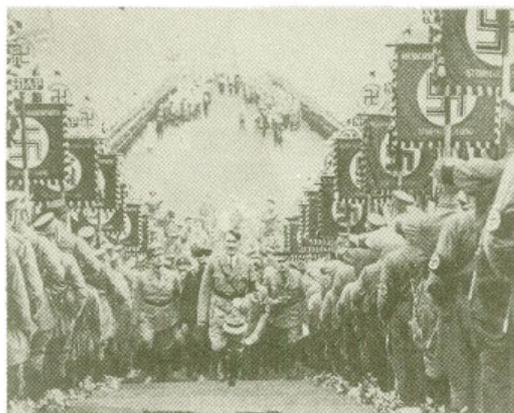
Trotsky reviveu suas velhas teses sobre a revolução permanente, outra posição de princípio tomada mecanicamente de Marx, à qual Trotsky queria dar valor universal. “Uma revolução que não faz concessões a qualquer forma de domínio de classe, que não se detém na fase democrática, que passa às medidas socialistas e à guerra contra a reação exterior, isto é, uma revolução na qual todas as etapas estão ligadas à anterior e que só pode terminar na liquidação completa de toda a sociedade de classes”. Essa era uma utopia perigosa numa nação que precisava urgentemente de um pouco de paz e de ordem para reconstruir a economia arrasada por uma década de guerra contínua.

Posição trotskista não levou em conta a fragilidade real do jovem poder soviético

Um dos principais aspectos da teoria da revolução permanente era seu caráter internacional. A Rússia soviética devia fomentar a revolução em todos os lugares, pensava Trotsky. “A manutenção de revolução proletária dentro de uma estrutura nacional só pode ser uma situação provisória, embora, como a experiência da União Soviética mostra, uma experiência de longa duração. Num ditadura proletária isolada, as contradições internas e externas crescem inevitavelmente junto com os êxitos crescentes”.

Esta posição de princípio era temerária. A ocorrência de revoluções não depende da vontade dos revolucionários, mas decorre do agravamento *objetivo* das contradições sociais nos diversos países, e da capacidade dos setores de vanguarda das massas trabalhadoras em capitalizar essa situação objetiva e dirigir o descontentamento popular no sentido da superação da velha ordem por uma nova forma de organização da sociedade. Os soviéticos apoiaram, ativamente, desde 1919 até a II Guerra Mundial, inúmeras tentativas revolucionárias no exterior, inclusive o levante da Aliança Libertadora Nacional em 1935, no Brasil. Todavia, não tiveram êxito.

Além disso, a posição trotskista não levava em conta a fragilidade real em que os soviéticos se encontravam. Assim, em 1925, o XIV Congresso do Partido Bolchevique aprovou a proposta de *construção do socialismo num só país*. Ela significava, como disse Stalin em 1926, que se partia da idéia “de



Nazismo se prepara para atacar a URSS

que a vitória do socialismo em um país implicava a possibilidade de construir o socialismo naquele país, e que esta tarefa pode ser realizada com as forças de um só país”.

Era a subversão total da velha tese de que o socialismo só seria possível nos países adiantados, uma mudança imposta pelas condições russas e que guiaria — desde então — o governo soviético não só em sua política interna mas também em suas relações externas. Era o reconhecimento cabal do fracasso da revolução na Europa e da necessidade de adaptar-se à situação. Isso fica mais evidente quando se recorda que as principais investidas dos bolcheviques para apoiar revoluções estrangeiras tiveram como alvo países atrasados: a China, em 1927, e o Brasil, em 1935.

Suas idéias não empolgam os trabalhadores e sua corrente fica isolada nas fábricas

Lênin morreu em janeiro de 1924. Na luta com os principais chefes bolcheviques pelo controle do governo, Trotsky enfatizou crescentemente aquelas teses que se tornaram características do trotsquismo — a defesa do caráter puramente operário do estado soviético, com a subestimação da aliança com o campesinato; a defesa da revolução permanente; e o internacionalismo radical.

Trotsky, porém, estava isolado. Naquela época (por volta de 1926) o Partido Comunista da União Soviética tinha 750 mil membros. Entre eles, a oposição tinha apenas 4 ou 5 mil aderentes (metade trotskista, metade zinovievista). Trotsky tentou ainda empolgar o descontentamento operário que, vez por outra, se manifestava. Visitou fábricas,

para falar diretamente aos operários contra o Comitê Central, em vão. Numa fábrica de Leningrado, onde os trotsquistas tiveram uma base importante em 1923, suas propostas foram derrotadas por 78 votos contra 27. Noutra fábrica, visitada por Zinoviev, a oposição ao Comitê Central foi derrotada por 1375 votos contra 25!

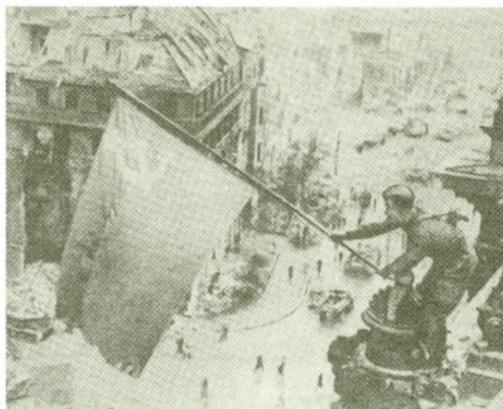
Os trotsquistas costumam atribuir a derrota de seu inspirador, nos anos 20, seu fracasso em obter apoio entre os trabalhadores, e sua exclusão do governo e expulsão do país, em 1928, a manobras de Stalin e seus partidários, à fraqueza e atraso dos operários e ao medo que teriam ante ao Comitê Central. Pode ser que estes elementos estivessem entre os que causaram sua derrota. Mas é inegável, todavia, que a memória de sua brutalidade administrativa, de seus métodos militarizados e de suas investidas contra os sindicatos dos trabalhadores tiveram um papel decisivo no isolamento de Trotski e seus aliados.

IV Internacional surge para reunir seus partidários, que são poucos e sem influência

Expulso da União Soviética em 1928, Trotski organizou a Oposição de Esquerda Internacional, onde juntou todo tipo de descontentes e opositores ao Estado soviético e aos partidos comunistas. Desde antigos sindicalistas revolucionários para quem o socialismo seria uma espécie de república sindical, até anarquistas descontentes com a revolução russa. Inicialmente o trotsquismo apresentou-se como *oposição comunista*, que lutava para trazer os partidos comunistas (inclusive o da União Soviética) de volta ao caminho da revolução, que julgavam abandonado.

Em 1936, contudo, Trotski foi condenado *in absentia* no primeiro dos grandes julgamentos realizados em Moscou nos anos 30. Foi acusado de conspirar pela derrubada do governo soviético. Em resposta, Trotski radicalizou seu afastamento em relação aos dirigentes bolcheviques, que passou a considerar como burocratas contra-revolucionários.

De qualquer forma, no "final da década de 1930, os trotsquistas ainda eram em reduzido número e tinham avançado muito pouco", escreve José Roberto Campos. Para reuni-los e colocar seu movimento em novo patamar, Trotski dirigiu a fundação da IV Inter-



Exército Vermelho toma Berlim

nacional, ocorrida em 3 de setembro de 1938, em Paris, com a presença de delegações de 10 países (URSS, Inglaterra, França, Alemanha, Polônia, Itália, Grécia, Holanda, Bélgica e EUA, e um delegado representando os grupos trotsquistas da América Latina). O documento básico aprovado no encontro, escrito por Trotski, foi "A agonia mortal do capitalismo e as tarefas a IV Internacional" (conhecido como "Programa de Transição").

Além das teses trotsquistas tradicionais, o Programa de Transição defendia a necessidade de uma revolução política na URSS, cujas principais tarefas "eram o fim da ditadura burocrática, o restabelecimento da democracia operária e a entrega da direção do Estado aos órgãos de representação direta dos trabalhadores, os soviétes". Isto é, ocorreu uma irônica inversão: aquele que, no poder, pretendeu ser o "general" dos trabalhadores e dos sindicatos, apresentava-se agora como o campeão da democracia operária!

De "general" dos operários e dos sindicatos, proclama-se o "campeão da democracia"

Nos países capitalistas, o Programa de Transição previa um papel destacado para os sindicatos. Eles deviam "ser um campo de atuação privilegiado da vanguarda operária" (José Roberto Campos); em consequência, os trotsquistas deviam agir mesmo nas "grandes organizações sindicais dominadas pelos burocratas". Ao mesmo tempo, o Programa de Transição enfatizou a "necessidade de se criar organismos mais amplos, que representassem todos os participantes engajados na luta, como os comitês de greve, comi-

tês de fábrica — que poderiam incluir os representantes sindicais” (idem), proposta em que se pode identificar um eco remoto do tipo de partido ampliado defendido pelos mencheviques.

Trotsky não viveu o suficiente para ver o desenvolvimento de sua criação. Em 20 de agosto de 1940 ele foi morto por Ramon Mercader, supostamente um agente da polícia política do governo soviético.

O trotsquismo perdeu assim “seu líder mais experiente e seu teórico mais brilhante”, diz José Roberto Campos. A guerra imperialista de 1939-1945, cujo principal alvo foi a URSS, forçou os democratas e socialistas a se definirem claramente em relação à república socialista fundada por Lênin. Muitos dirigentes trotsquistas foram assassinados pelos nazistas; ao mesmo tempo, a resistência do povo russo contra o invasor alemão desmentia a tese trotsquista de divórcio entre o governo e as massas na União Soviética.

**A resistência ao nazismo
provoca a primeira divisão
no movimento trotskista**

Quando terminou a guerra, a União Soviética e os comunistas tinham um prestígio imenso aos olhos dos democratas de todo o mundo. Os trotsquistas, por sua vez, começavam o novo período histórico que se abria enfraquecidos e corroídos por cisões em seu movimento. A defesa incondicional da União Soviética já havia provocado um cisma ainda quando Trotsky era vivo: por não concordar com ela, o trotsquista norte-americano J.P. Cannon afastara-se dos dirigentes da IV Internacional. No pós-guerra, dois grupos gestaram-se no interior da IV Internacional e a tensão entre eles já era visível no começo dos anos 50. Para Michel Pablo, dirigente da IV Internacional, o realinhamento mundial e a divisão em dois blocos opondo os EUA à URSS criavam as condições para uma radicalização revolucionária na União Soviética e nos partidos comunistas. Assim, os trotsquistas deviam “entrar nos PCs, para auxiliar ao máximo, da melhor maneira, o processo objetivo revolucionário” (José Roberto Campos).

Em agosto de 1951, o 3º Congresso da IV Internacional aprovou as teses de Michel Pablo. A maioria do Partido Comunista Internacionalista, seção francesa da IV Interna-



Lênin derrotou as teses trotskistas

cional, discordou e acusou Pablo de abandonar o Programa de Transição e apoiar o stalinismo. Em julho de 1952, a maioria do PCI foi expulsa da IV Internacional. Estava consolidada a divisão que deu origem aos dois principais grupos trotsquistas de nossos dias. O primeiro deles é o Secretariado Unificado da IV Internacional, liderado por Ernest Mandel. O outro é o Comitê Internacional da IV Internacional, herdeiro da luta iniciada pelo PCI em 1952, e dirigido pelo francês Pierre Lambert. Formou-se também, na época, a Liga Internacional dos Trabalhadores, liderada pelo argentino Nahuel Moreno.

De 1952 a 1968, contudo, o trotsquismo teve uma atuação inexpressiva. O Comitê Internacional teve uma “existência vegetativa”, enquanto o Secretariado Unificado “teve pouca expressão no movimento operário do período”, diz José Roberto Campos. No começo dos anos 60, um novo grupo destacou-se da IV Internacional, a facção liderada pelo argentino J. Posadas (pseudônimo de Homero Cristali), que desenvolveu uma concepção terceiro-mundista da revolução mundial. “Das lutas emancipadoras dos povos atrasados, Posadas extraiu a perspectiva da passagem do nacionalismo pequeno burguês ao Estado Operário. A Conferência Extraordinária de 1962 deu origem à cisão posadista, e desta surgiu mais uma IV Interna-

cional trotsquista”, a IV Internacional Posadista (Jacob Gorender).

Os posadistas são particularmente folclóricos e extravagantes em suas teses. Eles supõem, por exemplo, que os discos voadores, que acreditam visitar a Terra, são oriundos de civilizações extra-terrestres que só podem ser comunistas. Só esse regime explica a avançada tecnologia que permite viagens tão distantes e difíceis.

Em 1963, houve uma tentativa de unificação em torno do Secretariado Unificado, que não conseguiu reunir todos os trotsquistas. Os posadistas e o Comitê Internacional (e a Organização Comunista Internacionalista, ambos liderados por Pierre Lambert) ficaram de fora, frustrando o esforço de unificação.

Surgem as quatro correntes mundiais que hoje atuam no sindicalismo brasileiro

No final dos anos 70, a revolução nicaraguense (de 1979) foi motivo de nova divisão entre os trotsquistas. O Comitê Internacional da IV Internacional classificou os sandinistas

de revolucionários pequeno-burgueses. A maioria do Secretariado Unificado, por sua vez, considerou a Frente Sandinista como uma “força revolucionária consequente” (José Roberto Campos), acendendo a polêmica em sua área. Duas facções constituíram-se, então, ao lado dessa maioria. De um lado, formou-se a Fração Bolchevique, liderada por Nahuel Moreno, que forma a minoria do Secretariado Unificado. Do outro lado, a Tendência Leninista Trotsquista, que depois uniu-se ao Comitê Internacional da IV Internacional.

Estavam assim delineadas as quatro principais correntes trotsquistas cujos representantes são muito ativos no movimento sindical brasileiro de nossos dias: O Secretariado Unificado, aqui representado pela Democracia Socialista; os posadistas; os lambertistas, vinculados ao Comitê de Reconstrução da IV Internacional (CORQI), aqui representados pela Organização Socialista Internacionalista, mais conhecida como Libelu (do nome de seu braço estudantil, Liberdade e Luta) ou *O Trabalho* (nome do seu jornal); e os morenistas, seguidores de Nahuel Moreno (morto em 1986), que forma a principal corrente trotsquista atual no Brasil, a Convergência Socialista. (Na próxima edição, a segunda parte deste artigo tratará da atuação dos trotsquistas no Brasil).

*Jornalista. Trabalhou nos jornais Movimento e Retrato do Brasil e é funcionário da Editora Globo

BIBLIOGRAFIA

- Brinton, Maurice, *Os bolcheviques e o controle operário, 1917-1921*, Edições Afrontamento, Porto, 1975
- Campos, José Roberto, *O que é trotskismo*, Editora Brasiliense, SP, 1988
- Carr, E. H., *A revolução russa, de Lênin a Stálin*, Zahar Editores, RJ, 1981
- Deutscher, Isaac, *Trotsky, o profeta armado, 1879-1921*, Editora Civilização Brasileira, RJ, 1984
- Dieguez, Flávio, “1879-1979 — Trotsky: 100 anos”, in *Movimento*, 12.11.1979
- Figuéres, Leo, *O trotskismo*, Editorial Estampa, Lisboa, 1971
- Gorender, Jacob, *Combate nas trevas*, Editora Ática, SP, 1987
- Lênin, *A revolução proletária e o renegado Kautsky*, Livraria Editora Ciências Humanas, SP, 1979
- — —, “Sobre os sindicatos, o momento atual e os erros de Trotsky”, in *Sobre os sindicatos*, Editora Polis, SP, 1979
- — —, *Últimos artículos y cartas*, Editorial Progreso, Moscou, s/d
- Mills, C. Wright, *Os marxistas*, Zahar Editores, RJ, 1968
- Pasquino, Giafranco, “Trotskismo”, in Bobbio, Norberto, e outros, *Dicionário de Política*, Editora da Univ. de Brasília, Brasília, 1986
- Walter, Gerard, *Lênin*, Ediciones Grijalbo, Barcelona, 1974.

Força Sindical nasce para disputar espaços e enfraquecer a CUT

Marcos Aurélio Ruy*

Em congresso realizado no início de março, no Memorial da América Latina (SP), foi fundada a *Força Sindical* — a nova coqueluche do patronato e de seus meios de comunicação para disputar a hegemonia no sindicalismo brasileiro. Segundo seus organizadores, o congresso contou com a presença de 1976 delegados, representando 786 sindicatos, 38 federações e três confederações. No artigo abaixo, uma rápida opinião sobre as características dessa nova entidade nacional.

Nasce uma nova central sindical: a Força Sindical, a quinta do país, liderada pelo sindicalista Luis Antonio de Medeiros. Ela é dissidência da Confederação Geral dos Trabalhadores, comandada por Antonio Rogério Magri, atual ministro do Trabalho, que deu um golpe em Joaquim dos Santos Andrade, ex-presidente da Central Geral dos Trabalhadores. Entre os três não existem grandes diferenças; são todos amigos.

Após o fracasso das duas CGTs e da total desmoralização da União Sindical Independente (USI), presidida por Antonio Magaldi, a Força Sindical surge para ocupar um espaço existente no meio sindical e impedir o crescimento da CUT. O próprio patronato não esconde seu desejo de utilizar essa nova entidade como principal instrumento para enfraquecer a Central Única dos Trabalhadores, conhecida por sua tradição combativa.

“A nova central surgiu da necessidade de ocuparmos um vazio existente no sindicalismo brasileiro. De um lado, temos uma central ligada a partido político. Do outro, entidades apáticas e desvinculadas dos reais interesses da classe trabalhadora”, explicou recentemente Medeiros, que é o primeiro presidente da Força Sindical, eleito por aclamação.

Para cumprir esse papel, a nova entidade procurou ampliar o leque de forças no seu interior, atraindo setores do PSDB, do PDT e do PCB, dando a aparência de um organismo de centro. Além de velhos e conhecidos pelegos, que formam a maioria da sua primeira direção, ela apresenta também sindicalistas com certa trajetória de luta.

Enilson Simões de Moura, o Alemão, que surgiu com Lula nas greves do ABC no final da década de 70 e militou no PCB, é o secretário-geral da entidade. José Ibrahim, um dos fundadores do PT e da CUT, líder da greve de Osasco em 68 e atual coordenador da área sindical do PDT, é o responsável pela secretaria de relações internacionais da central. Arnaldo Gonçalves, dirigente nacional do PCB, e Lúcio Bellentani, coordenador



Medeiros: instrumento dos patões

da Comissão de Fábrica da Ford do Ipiranga e ex-dirigente da CUT, também fazem parte da direção da Força Sindical.

Medeiros prega conciliação com o patronato e joga contra a greve geral



Mobilizações de um adversário perigoso

Medeiros afirma que sua central pretende seguir o modelo de sindicalismo desenvolvido pela social-democracia na Itália e na Alemanha. Ele não vacila em dizer que a nova entidade priorizará o diálogo com o patronato e o governo. “A derrota não organiza os trabalhadores, o que organiza é a vitória e a vitória se conquista com o diálogo”, receita. Exatamente por isso, a Força Sindical se colocou frontalmente contra a greve geral marcada pela CUT para os dias 22 e 23 de maio.

A nova central pretende organizar os dirigentes identificados com o chamado “sindicalismo de resultados”. Essa corrente ganhou repercussão durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 87/88, quando deu apoio ao parlamentares conservadores do *Centrão* para derrotar as propostas de estabilidade no emprego e redução da jornada. Seu vínculo com o governo e o patronato é notório. Medeiros foi inclusive um dos principais cabos eleitorais de Collor nas eleições de 89.

Além do apoio, político e financeiro, das classes dominantes do país, a Força Sindical pretende disputar o respaldo das entidades sindicais mundiais, principalmente da Ciosl (Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres), controlada pela social-democracia européia e pelo chamado “pragmatismo sindical” da AFL-CIO americana. Vários dirigentes da nova central já viajaram ao exterior a procura de dinheiro. Na sua primeira *turne*, conseguiram embolsar 2,5 milhões de dólares das entidades filiadas à Ciosl.

Outra estratégia da nova central para “vender o seu peixe” aos trabalhadores brasi-

leiros é o que está sendo batizado de “sindicalismo de marketing”. Ela tem investido pesado em anúncios publicitários nos vários veículos de comunicação. Medeiros inclusive se transformou no principal astro da TV, aparecendo diariamente nos programas do horário nobre.

No plano ideológico está claro que a Força Sindical não se contrapõe ao capitalismo. No máximo, ela defende o direito dos trabalhadores receberem um salário um pouco melhor. Justamente por isso, Medeiros defende que a nova entidade não deve se engajar em nenhuma campanha contra o Plano Collor-2. Para ele, “as imperfeições do plano devem ser corrigidas pelo Congresso Nacional”. O seu “sindicalismo de resultados” visa apenas obter algumas migalhas para os assalariados, perpetuando a exploração capitalista e evitando os choques de classes.

O surgimento da Força Sindical coloca novos desafios para o sindicalismo combativo do país, principalmente para a CUT. Será necessário demarcar bem os campos com essa nova entidade patronal. Renegar simplesmente essa nova central, taxando-a de pelega, pode ser um engano de consequências drásticas para o movimento sindical brasileiro. Não se pode subestimar essa nova iniciativa das classes dominantes. É preciso ir para o debate de uma maneira mais organizada, educativa, desmascarando seu projeto político-ideológico. É necessário elevar o nível de consciência das massas trabalhadoras, demonstrando os limites do economicismo e das negociações de cúpula com o patronato.

*Estudante de jornalismo e funcionário do Departamento de Documentação (Dedoc) da Editora Abril



Cena comum no campo: lavradores mortos e mutilados barbaramente

O saldo dramático da violência assassina do latifúndio no sul do Pará

Rogério Siqueira*

O assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Exedito Ribeiro de Souza, trouxe novamente a tona, com força, a questão da violência no campo brasileiro. Nesse artigo são analisadas rapidamente as causas dessa verdadeira guerra rural e relatadas as formas de resistência dos lavradores e das forças democráticas do país.

Em pleno limiar do século XXI, ainda existe no Brasil a prática indiscriminada do extermínio a sindicalistas e trabalhadores rurais. O principal foco desse banditismo tirano atualmente é a cidade de Rio Maria, no sul do Pará. No último dia 2 de fevereiro, foi assassinado o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desse município, Exedito Ribeiro de Souza, a mando de um

dos muitos latifundiários da região. Exedito foi fulminado com três tiros por um "matador de aluguel", que recebeu como pagamento 200 mil cruzeiros.

Mas, infelizmente, este não é o primeiro crime do tipo cometido na região. E nem foi o último, uma vez que o sucessor de Exedito, o sindicalista Carlos Cabral, sofreu um atentado logo no mês de março, sendo atin-

gado a tiros. Com mais sorte do que seu antecessor, porém, as balas só acertaram de raspão em uma de suas pernas.

A escalada de assassinatos a lideranças sindicais e rurais desta região não é recente. Desde o início dos anos oitenta até hoje as vítimas deste extermínio, cuidadosamente planejado e organizado pela UDR e latifundiários, perfazem quase duas centenas. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) afirma, em seu dossiê sobre violência no sul do Pará, que foram 173 o número de trabalhadores rurais assassinados desde maio de 1980.

Além disso, segundo o mesmo dossiê, cerca de 3 mil trabalhadores, distribuídos em 31 fazendas, vivem em regime de escravidão. Entre janeiro de 1987 e dezembro de 1990, 56 trabalhadores rurais morreram, 132 foram ameaçados de morte, 137 ficaram feridos ou foram despejados de suas residências, 51 casas foram queimadas e cerca de 1.598 trabalhadores ficaram presos em cárcere privado dos latifúndios.

Para denunciar os inúmeros assassinatos de trabalhadores rurais no sul do Pará, a impunidade e conivência das autoridades estaduais e do governo federal, foram criados em várias cidades do país os Comitês de Solidariedade Rio Maria. No Rio de Janeiro, as entidades comprometidas com a defesa dos direitos humanos já criaram o comitê. Em São Paulo, o comitê é dirigido por uma coordenação composta pelas seguintes entidades: CUT, CPT, MST, MNDH, CPI/SP, PCdoB e PT. O comitê aprovou um programa de ação e tem como principais diretivas o apoio à luta dos trabalhadores da região sul do Pará, a denúncia dos crimes à sociedade, além da exigência de punição aos assassinos e mandantes.

A solução dos conflitos de terra exige a reforma agrária e a punição dos assassinos

No dia 13 de março foi realizado em Rio Maria um grande ato público, com a presença de inúmeras personalidades de expressão nacional que se solidarizam com a luta dos trabalhadores do sul do Pará. Estiveram presentes o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, os deputados federais Haroldo Lima e Socorro Gomes (PCdoB), Valdir Ganzer e Pau-

lo Rocha (PT), e Giovani Queiroz (PDT), os bispos de Conceição do Araguaia, Marabá (PA) e Picos (PI), vários deputados estaduais e dirigentes sindicais, o ator Paulo Betti, além de Luís Inácio Lula da Silva. Em seu pronunciamento, Lula destacou a importância da reforma agrária para se por fim aos conflitos no campo e afirmou que esta luta também é dos trabalhadores da cidade, dos estudantes e de toda a sociedade comprometida com a justiça e defesa dos direitos humanos.

Orlando Canuto, trabalhador rural de Rio Maria, que teve o pai, dois irmãos e o cunhado (Expedido) assassinados e que também já foi vítima de atentado, falou em nome do Sindicato dos Trabalhadores Rurais desta cidade. Em seu desabafo, Orlando disse que foi obrigado a sair da cidade com a família para não ser assassinado. Assim mesmo, ele continua na luta, percorrendo outros estados, denunciando as atrocidades cometidas contra os trabalhadores de Rio Maria e do sul do Pará. Ele já esteve até na França para denunciar a violência e a impunidade que campeiam na região.

E enquanto as vítimas dos latifundiários vão fazer denúncias no exterior e são ouvidas pelas autoridades competentes de outros países, aqui no Brasil os governos estaduais, notadamente o do Pará, e o governo Federal são os maiores avalistas da impunidade que alimenta a proliferação desses crimes ediondos.

Os assassinos e mandantes nunca são punidos. Quando isto acontece, surge logo um juiz a serviço da UDR para relaxar a prisão. Os processos e inquéritos que acusam os criminosos, via de regra, somem misteriosamente das delegacias e fóruns de justiça, fazendo com que se estabeleça um verdadeiro esquema de crimes e impunidade. Tudo isso sob as vistas grossas das autoridades competentes (competentes?).

Mas não basta apenas que os criminosos sejam punidos. Para se resolver de uma vez por todas os conflitos de terra em nosso país, é preciso que se realize uma reforma agrária anti-latifundiária, que contemple o assentamento dos milhões de trabalhadores sem-terra. Também é preciso garantir a infra-estrutura suficiente para que estes mesmos trabalhadores possam produzir nas imensas áreas rurais que hoje não passam de latifúndios ociosos, usados para especular e não para produzir.

•Estudante de jornalismo, ex-coordenador de imprensa da União da Juventude Socialista e atual assessor na Assembléia Legislativa de São Paulo

**JUSTIÇA
JÁ!**

**Pelo fim da impunidade
Pelo fim da violência**

CUT

DNTR • Comitê Rio Maria • CPT

Cartaz da CUT denuncia assassinato de Expedito

Extrato da entrevista dada por Expedito Ribeiro de Souza, pouco antes de ser assassinado:

DS: Como se dá a luta dos camponeses no sul do Pará e quais as questões que estão sendo encaminhadas pelo sindicato junto aos posseiros?

Expedito: Tanto nós, dirigentes sindicais, quanto os trabalhadores rurais, passamos por dificuldades muito grandes neste momento. A partir do governo Collor, eleito com a proposta de ajudar os "pés descalços e os descamisados", os trabalhadores de Rio Maria e região passaram a ser ameaçados mais intensamente de expulsão das terras anteriormente conquistadas. Travamos uma luta feroz contra os latifundiários para a conquista de um pedaço de terra e estamos sujeitos a perder tudo, graças à ação dos madeireiros. Não temos nenhum apoio das entidades governamentais. Exemplo disso é o IN-

CRA, que não dá nenhum apoio ao sul do Pará.

DS: Há documentos dando conta da existência de uma indústria de invasores-pistoleiros que perturbam a ordem na região. Qual é a verdade em relação a isso?

Expedito: Os pistoleiros que invadem terras na verdade são financiados pelos fazendeiros. Posseiros pobres não tem dinheiro para pagar pistoleiros. Ocupam as terras porque precisam dela para trabalhar, produzir. Eles dizem o diabo da classe trabalhadora porque são nossos inimigos.

Na verdade, esses tais pistoleiros agem financiados pela UDR. Eles são organizados por região e especializados no assassinato de posseiros, dirigentes sindicais e qualquer um que cruze seu caminho. Em Redenção e em

Imperatriz ficam os maiores focos e campos de ações dos pistoleiros.

DS: Como você encara esta situação, uma vez que, sendo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, corre sério risco de vida?

Expedito: Há muito tempo enfrento esta situação. Depois que assassinaram o Canuto, eu tive que deixar Rio Maria por uns tempos. A situação estava muito quente. Depois voltei e a luta continuou. Ocupamos algumas áreas, conseguimos documentos de desapropriação, enfim, demos apoio à luta do povo. Sobre a questão de segurança, o que eu tenho a dizer é que não tenho segurança nenhuma.

DS: Quantas áreas de conflitos existem no sul do Pará?

Expedito: Só na região de Rio Maria existem hoje doze áreas de conflitos. As principais são as Fazendas São Roque e Fazenda Canaã. Esta já foi até desapropriada, mas

o Inbra não fez os assentamentos. Tem a Fazenda Flor do Pará, na mesma situação da Canaã, a Fazenda Vale da Serra, onde já foram assassinados oito posseiros, Fazenda São Jorge, também desapropriada, mas o Inbra não esteve lá até hoje, sequer para medir. Tem também a Fazenda Juassama, onde dois posseiros foram assassinados e tiveram suas orelhas decepadas.

DS: Qual a atuação do Inbra nestes conflitos?

Expedito: O Inbra hoje está praticamente desativado. Não faz absolutamente nada. Com o governo Collor, a situação, que já era bem ruim, ficou pior ainda. Além do Inbra não ter recursos, o quadro de funcionários diminuiu sensivelmente. Em Conceição do Araguaia, por exemplo, de 41 pessoas que trabalhavam no Inbra, após a posse do Governo Collor ficaram só 20.

Entrevista concedida por Carlos Cabral, atual presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

DS: Após o assassinato de Expedito, como se dará a continuidade da luta sindical em Rio Maria e no sul do Pará?

Cabral: Essa é uma questão de honra e necessidade. É preciso mostrar ao crime organizado e às autoridades estaduais e federais, coniventes com esta situação, que não será tirando nossas vidas que vão nos impedir de continuar a luta dos trabalhadores por seus ideais, como a reforma agrária anti-latifundiária e melhores condições de vida para quem trabalha, educação, assistência médica e infra-estrutura para o povo.

Somos cada vez mais intimidados, mas se fugirmos da luta estaremos fazendo o jogo dos nossos adversários. Ao contrário, precisamos mostrar aos assassinos que a semente de João Canuto, Braz Antonio, Expedito e tantos outros não foi em vão. Vamos continuar gritando por nossos direitos, por justiça, paz e condições de criar nossos filhos.

DS: Você acha possível diminuir a violência na região?

Cabral: A diminuição é possível desde que os envolvidos nos crimes sejam presos. Mas a violência por aqui só vai acabar depois que for feita uma reforma agrária de verdade, atendendo as necessidades dos trabalhadores rurais. Queremos terra para produzir, estradas, assistência técnica, melhoria do sistema educacional no campo, melhor assistência médica, financiamentos, etc.

DS: Os trabalhadores estão dispostos a continuar lutando pela posse da terra?

Cabral: Não só estão dispostos a lutar pela posse da terra, como também contra este governo descompromissado com os trabalhadores, com a reforma agrária e com a justiça. Lutaremos também contra o crime organizado, alimentado pela UDR, até as últimas conseqüências.

DS: Logo após o assassinato de Expedito, você sofreu um atentado. Como fica a questão da impunidade?

Cabral: A impunidade persiste. Ela é fruto da omissão e conivência das autoridades estaduais e federais. Viver aqui é muito duro. A cada dia que passa, sentimos a vida escapando por entre os dedos. Os assassinatos por aqui já viraram rotina. Os mandantes e executores agem com a certeza de que não vão para a cadeia. Nas raras vezes em que isto acontece, a prisão é relaxada pelos juízes, dando assim mais liberdade para a ocorrência de novos crimes.

Mas tenho certeza de que um dia os trabalhadores organizados vão dar a resposta e a justiça será feita. Não serão as balas disparadas contra mim e outros companheiros que impedirão este desfecho, uma vez que o nível de consciência do nosso povo está bastante avançado. A dor e a revolta estão estampadas em cada rosto, em cada olhar dos trabalhadores rurais, que um dia acreditaram na justiça e hoje estão decepcionados diante de tanta omissão.

Os ensinamentos tirados da heróica experiência da Comuna de Paris

No dia 18 de março comemorou-se o 120º aniversário da Comuna de Paris. Pela primeira vez um governo operário assumiu o poder em uma importante capital europeia. A França havia sido derrotada na guerra contra a Prússia e o inimigo ocupava grande parte do território francês e sitiava Paris. Os republicanos conservadores — homens como Thiers e Jules Favre — formaram um governo republicano provisório e negociavam a paz com o invasor. As facções monarquistas, por sua vez, conspiravam abertamente pela volta do regime monárquico deposto em setembro de 1870.

Como garantia aos invasores alemães, o governo de traição nacional dos republicanos conservadores decidiu desarmar a Guarda Nacional — a Gloriosa Guarda Nacional cujas tradições democráticas tinham raízes na Revolução Francesa de 1789. Desarmá-la era desarmar o povo de Paris, tirar de suas mãos os canhões e as armas indispensáveis para a resistência contra a ocupação estrangeira.

Foi o estopim da revolução. O povo impediu que a tropa enviada levasse as armas, expulsou o governo da capital e proclamou a Comuna de Paris, iniciando um governo radicalmente democrático. cuja experiência durou 72 dias de acertos e erros. O texto a seguir foi escrito por Lênin, dirigente da revolução soviética de 17, para lembrar os 40 anos da Comuna, em abril de 1911. Ele continua atual.

Quarenta anos passaram desde a proclamação da Comuna de Paris. Segundo o costume, o proletariado francês honrou com comícios e manifestações a lembrança dos homens da revolução do 18 de Março de 1871. Em fins de Maio voltará a depor coroas de flores nas sepulturas dos *communards* fuzilados, vítimas da horrível «semana de Maio», e diante delas jurará de novo combater sem descanso, até ao triunfo completo das suas idéias, até à realização total da obra que lhe legaram.

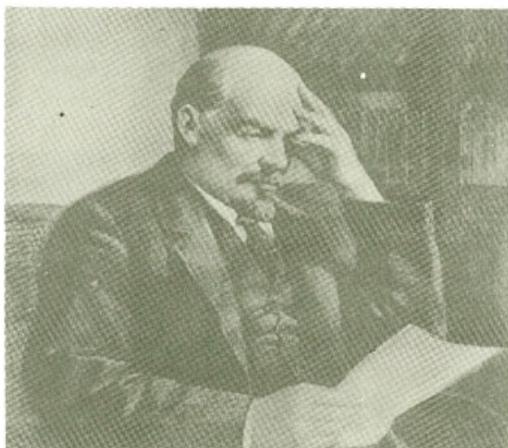
Porque é que o proletariado, não somente o francês, mas o de todo o mundo, honra nos homens da Comuna de Paris os seus precursores? Qual é a herança da Comuna?

A Comuna surgiu espontaneamente, ni-

guém a preparou consciente e metodicamente. A guerra infeliz com a Alemanha; os sofrimentos do cerco; o desemprego do proletariado e a ruína da pequena burguesia; a indignação das massas contra as classes superiores e as autoridades que haviam dado provas de uma incapacidade absoluta; uma surda efervescência no seio da classe operária, descontente com a sua situação e ansiosa de um novo regime social; a composição reacionária da Assembléia Nacional, que fazia temer pelos destinos da República, todos estes fatores, e muitos outros, se conjugavam para impelir a população de Paris à revolução do 18 de Março, que pôs inesperadamente o poder nas mãos da Guarda Nacional, da classe operária e da pequena burguesia que se colocara a seu lado.

Foi um acontecimento histórico sem precedentes. Até então, o poder estava, geralmente, nas mãos dos latifundiários e dos capitalistas, isto é, dos seus homens de confiança, os quais constituíam o chamado governo. Depois da revolução de 18 de Março, quando o governo do sr. Thiers fugiu de Paris com as suas tropas, a sua polícia e os seus funcionários, o povo ficou dono da situação e o poder passou às mãos do proletariado. Mas na sociedade moderna, o proletariado, economicamente submetido pelo capital, não pode dominar politicamente se não romper as cadeias que o prendem ao capital. Daí que o movimento da Comuna tivesse adquirido, inevitavelmente, uma tonalidade socialista, isto é, procurasse derrubar o domínio da burguesia, o domínio do capital, e destruir as bases do regime social contemporâneo.

A princípio, foi um movimento extremamente heterogêneo e confuso. A ele aderiram também os patriotas, na esperança de que a Comuna retomasse a guerra contra os alemães e a levasse a bom termo. Apoiaram-no igualmente os pequenos comerciantes, ameaçados pela ruína se o pagamento das letras vencidas e das rendas não fosse suspenso (o que o governo lhes recusara e a Comuna lhes concedeu). Por último, também os republicanos simpatizaram de início, em parte, com ele, temendo que a reacção Assembléia Nacional (os «rurais», os implacáveis latifundiários) restabelecesse a monarquia. Contudo, o papel fundamental no movimento foi, naturalmente, desempenhado pelos operários (sobretudo pelos artesãos parisienses), entre os quais se tinha realizado, nos últimos anos do Segundo Império, uma intensa propaganda socialista, estando inclusivamente muitos deles filiados à Internacional.



Só os operários permaneceram fiéis à Comuna até ao fim. Os republicanos burgueses e a pequena burguesia desligaram-se bem cedo: uns, assustados com o carácter proletário, socialista e revolucionário do movimento; outros, quando a viram condenada a uma derrota certa. Apenas os proletários franceses apoiaram sem medo e sem desânimo o seu governo, só eles combateram e morreram por ele, isto é, pela emancipação da classe operária, por um futuro melhor para todos os trabalhadores.

Abandonada pelos seus aliados da véspera e sem contar com nenhum apoio, a Comuna tinha inelutavelmente de sofrer uma derrota. Toda a burguesia francesa, todos os latifundiários, bolsitas e fabricantes, todos os grandes e pequenos ladrões, todos os exploradores se uniram contra ela. Esta coligação burguesa, apoiada por Bismarck (que pôs em liberdade 100 000 soldados franceses, prisioneiros dos alemães, para subjugar o Paris revolucionário), conseguiu lançar os camponeses atrasados e a pequena burguesia provincial contra o proletariado parisiense e cercar metade de Paris com um círculo de ferro (sendo a outra metade cercada pela exército alemão). Em algumas grandes cidades da França (Marselha, Lyon, Saint-Etienne, Dijon e outras), os operários tentaram igualmente tomar o poder, proclamar a Comuna e acudir em auxílio de Paris, mas essas tentativas fracassaram rapidamente. E Paris, a primeira cidade a erguer a bandeira da insurreição proletária, encontrou-se reduzida às suas próprias forças e condenada a uma morte certa.

Uma revolução social, para triunfar, necessita, pelo menos, de duas condições: forças produtivas altamente desenvolvidas e um proletariado bem preparado. Em 1871, porém, estas duas condições não existiam. O capitalismo francês achava-se ainda pouco desenvolvido e a França era, então, fundamentalmente, um país de pequena burguesia (artesãos, camponeses, lojistas, etc.). Por outro lado, não havia um partido operário; a classe operária não tinha nem preparação nem uma longa experiência, e no seu conjunto nem sequer compreendia claramente quais eram as suas tarefas e os meios de as realizar. Não havia uma séria organização política do proletariado, nem fortes sindicatos, nem grandes cooperativas...

Todavia, o que sobretudo faltou à Comuna foi tempo, a possibilidade de compreender

a situação e de empreender a realização do seu programa. Ainda não tivera tempo de pôr mãos à obra, quando o governo, entrincheirado em Versalhes e apoiado por toda a burguesia, iniciou o ataque a Paris. A Comuna teve, acima de tudo, de pensar na sua própria defesa. E até o final, entre 21 e 28 de Maio, não teve a oportunidade de pensar seriamente noutra coisa.

Não obstante, apesar das condições tão desfavoráveis e da brevidade da sua existência, a Comuna chegou a tomar algumas medidas que caracterizam suficientemente o seu verdadeiro sentido e os seus objetivos. A Comuna substituiu o exército permanente, instrumento cego das classes dominantes, pelo armamento geral do povo; proclamou a separação da Igreja e do Estado; suprimiu a subvenção do culto (ou seja, a manutenção dos padres pelo Estado), e deu um caráter estritamente laico à instrução pública, com o que assestou forte golpe nos gendarmes de sotaina. No domínio puramente social não conseguiu fazer muito, mas esse pouco mostra com suficiente clareza o seu caráter de governo operário, popular: o trabalho noturno nas padarias foi proibido; o sistema de multas, esse roubo legalizado dos trabalhadores, foi abolido; finalmente, a Comuna promulgou o famoso decreto pelo qual todas as fábricas e oficinas abandonadas ou paralisadas pelos seus proprietários eram entregues às cooperativas operárias, a fim de se renovar a produção. E como para sublinhar o seu caráter de governo autenticamente democrático, proletário, a Comuna decidiu que a remuneração de todos os funcionários da administração e do governo não fosse superior ao salário normal de um operário, não indo em nenhum caso além de 6.000 francos por ano (menos de 200 rublos por mês).

Todas estas medidas mostravam claramente que a Comuna constituía uma ameaça mortal para o velho mundo, fundado na sujeição e na exploração. Essa a razão por que a sociedade burguesa não podia dormir tranquilamente, enquanto a bandeira vermelha do proletariado flutuasse na Câmara Municipal de Paris. E quando, por fim, as forças governamentais organizadas conseguiram dominar as forças mal organizadas da revolução, os generais bonapartistas, vencidos pelos alemães e valentes contra os seus compatriotas vencidos, esses *Rennenkampf* e *Meller-Zakomelski* franceses, fizeram uma carnificina como Paris jamais vira. Cerca de 30 000 parisienses foram massacrados por uma soldadesca desenfreada; perto de 45 000

foram presos, sendo muitos deles depois executados e milhares desterrados ou enviados para trabalhos forçados. No total, Paris perdeu cerca de 100 000 dos seus filhos e entre eles os melhores operários de todas as profissões.

A burguesia estava contente: “«Agora, acabou-se com o socialismo por muito tempo!»», dizia o seu chefe, o sanguinário anão Thiers, após ele e os seus generais terem afogado num banho de sangue a sublevação do proletariado parisiense. Mas em vão grassavam esses corvos burgueses. Uns seis anos após o esmagamento da Comuna, quando muitos dos seus defensores definhavam ainda no presídio ou no exílio, renascia na França o movimento operário. A nova geração socialista, enriquecida pela experiência dos seus predecessores, e de maneira nenhuma desencorajada com a sua derrota, apoderou-se da bandeira caída das mãos dos combatentes da Comuna e levou-a para a frente, com firmeza e audácia, aos gritos de «Viva a revolução social! Viva a Comuna!» E três ou quatro anos mais tarde, um novo partido operário e a agitação que ele desencadeara no país obrigaram as classes dominantes a pôr em liberdade os *communards* que o governo mantinha presos.

A memória dos combatentes da Comuna não é apenas venerada pelos trabalhadores franceses, é-o também pelo proletariado do mundo inteiro, porque a Comuna não lutou por um objetivo local ou estritamente nacional, mas pela emancipação de toda a humanidade laboriosa, de todos os humilhados e ofendidos. Combatentes de vanguarda da revolução social, a Comuna é amada onde quer que o proletariado sofre e luta. O quadro da sua vida e da sua morte, a imagem do governo operário que conquistou e reteve durante mais de dois meses a capital do mundo, o espetáculo da luta heróica do proletariado e dos seus sofrimentos após a derrota — tudo isto levantou o moral de milhões de operários, fez renascer as suas esperanças e ganhou para o socialismo as suas simpatias. O ribombar dos canhões de Paris despertou de seu sono profundo as camadas mais atrasadas do proletariado e deu por toda a parte um novo impulso à propaganda socialista revolucionária. Por isso a obra da Comuna não morreu; ela continua hoje viva em cada um de nós.

A causa da Comuna é a causa da revolução social, é a causa da total emancipação política e económica dos trabalhadores, é a causa do proletariado mundial. E neste sentido é imortal.

UM EVENTO BEM REALIZADO FAZ POLÍTICA E ECONOMIA

Os dirigentes políticos estão cada vez mais ocupados na busca de uma saída para os problemas brasileiros. Não têm tempo para ficar correndo atrás de fornecedores, levantando custos, procurando espaços e planejando cada passo dos eventos que os partidos e sindicatos têm que realizar todo ano. A **MATÉRIA PRIMA** é uma empresa especializada neste assunto. Organiza eventos, atos e festas desde a contratação de todos os

serviços necessários até a sistematização das intervenções da plenária e grupos e assessoria à mesa dirigente.

Um evento bem organizado economiza dinheiro e fortalece a imagem da entidade junto aos seus associados e à sociedade em geral.

Procure-nos e conheça nossos serviços.

Rua Martiniano de Carvalho,
358 - Liberdade - F. 284.0262
CEP 01321 - São Paulo - SP

**MATÉRIA
PRIMA**
E V E N T O S

FILIE-SE AO CES

O Centro de Estudos Sindicais nasceu em abril de 1985. Seu principal objetivo é o de contribuir para avanço do sindicalismo brasileiro. O CES não tem fins lucrativos. Ele é sustentado através das mensalidades das entidades sindicais filiadas, da taxa de inscrição dos cursos de formação e da venda de seus materiais impressos. Ele também conta com a colaboração voluntária de sindicalistas e estudiosos do tema.

Entre as atividades promovidas pelo CES destacam-se:

- 1 — Edição da revista *Debate Sindical* — uma publicação de análise, polêmica e intercâmbio de experiências;
- 2 — Promoção de cursos sobre a história do movimento sindical, organização dos assalariados nos locais de trabalho, concepções e práticas sindicais, etc ;
- 3 — Realização de estudos sobre questões atuais do sindicalismo, tais como estrutura sindical, estatutos, comissões de fábrica, legislação trabalhista, etc;
- 4 — Publicação de cadernos com análises e propostas para o conjunto do movimento sindical.

Entre em contato com o CES. Ajude a manter uma entidade voltada para o fortalecimento do sindicalismo brasileiro.